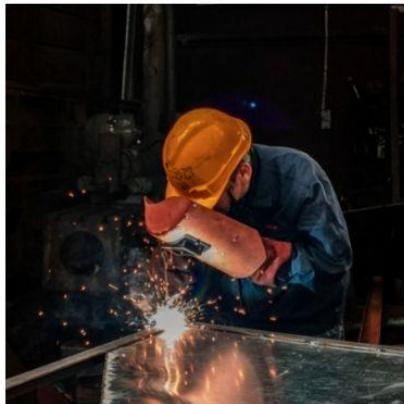
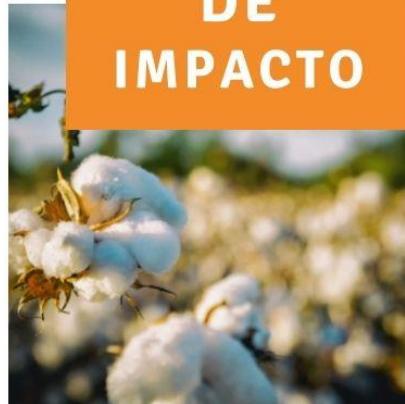


ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-VIETNÃ

ESTUDO DE IMPACTO



FICHA TÉCNICA

Lucas Pedreira do Couto Ferraz
Secretário de Comércio Exterior

Leonardo Diniz Lahud
Secretário de Comércio Exterior, Substituto

Herlon Alves Brandão
Subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior

Alexandre Sampaio de Arrochela Lobo
Subsecretário de Negociações Internacionais

Coordenação do Estudo

Daniela Ferreira de Matos
Coordenadora

Elaboração do Estudo

Diego Afonso de Castro
Coordenador-Geral de Inteligência Comercial

Paulo Felipe Alencar de Oliveira
Coordenador

Pedro Antero Braga Cordeiro
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Alex Meger de Amorim
Subsecretário de Negociações Internacionais, adjunto

Carlos Biavaschi Degrazia
Coordenador-Geral de Negociações Extrarregionais

Bruno Décimo Scolari
Coordenador

Henrique Martins Sachetim
Analista de Comércio Exterior

Apresentação

Esse estudo de impacto faz parte da série de publicações “Acordos Comerciais”, uma iniciativa da Secretaria de Comércio Exterior que visa trazer maior transparência aos documentos técnicos que subsidiam a tomada de decisão da Secretaria em relação a temas que envolvam o processo de integração do Brasil ao comércio internacional.

A negociação de acordo de livre comércio entre Mercosul e Vietnã faz parte de uma estratégia maior de inserção internacional da economia brasileira. Além dos mandatos negociadores aprovados para acordos de livre comércio com Vietnã e Indonésia, o governo brasileiro concluiu negociações com os países da União Europeia e da EFTA, e mantém negociações comerciais em curso com Canadá, Coreia do Sul, Singapura e Líbano. Essa rede de acordos comerciais trará impactos positivos para a economia brasileira: os ganhos acumulados alcançam um aumento de R\$ 1,7 trilhão no PIB até 2040, além de impacto positivo nos investimentos, na corrente de comércio, na massa salarial e da queda dos preços ao consumidor¹.

A negociação com o Vietnã integra também uma estratégia voltada para a Ásia: o continente apresenta as maiores taxas de crescimento econômico e populacional do mundo. A importância econômica da região e o nível de integração das economias asiáticas torna imperativa uma estratégia comercial do Brasil para o continente. Estimativas da Secretaria de Comércio Exterior apontam que as negociações com Indonésia, Vietnã, Coreia do Sul e Singapura trarão um aumento no PIB brasileiro de R\$ 502 bilhões em termos acumulados, além de impactos positivos nos investimentos, na corrente de comércio, na massa salarial e da queda nos preços².

Esse estudo de impacto traz extensa análise qualitativa da relação comercial entre Brasil e Vietnã, além de estimativas de impacto individuais para o acordo de livre comércio Mercosul – Vietnã. A publicação do estudo está em linha com os esforços recentes de adoção de boas práticas regulatórias no comércio exterior brasileiro, em especial a condução de políticas públicas baseadas em evidências e a transparência com a sociedade.

¹ Estimativas obtidas pela SECEX a partir de modelo de equilíbrio-geral. Maiores informações disponíveis na Ficha Informativa: Acordos Comerciais <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/publicacoes-secex/serie-acordos-comerciais/arquivos/1-acordos-comerciais.pdf>>.

² Estimativas obtidas pela SECEX a partir de modelo de equilíbrio-geral. Maiores informações disponíveis na Ficha Informativa: Estratégia para a Ásia <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/publicacoes-secex/serie-acordos-comerciais/arquivos/2-estrategia-asia.pdf>>.

Sumário Executivo

O Vietnã é um país com cerca de 95 milhões de habitantes localizado no sudeste asiático, sendo considerada a décima quinta nação mais populosa do mundo. O país apresentou nas últimas três décadas um rápido crescimento econômico, e possui atualmente alta taxa de crescimento do PIB. A renda per capita vietnamita mais que dobrou na última década.

O comércio de bens e serviços representa cerca de 20% do PIB do Vietnã, posicionando-o como 21º principal destino das exportações de bens do Brasil e a 15ª origem de produtos importados pelo país. As exportações de bens do Brasil para o Vietnã cresceram mais de 60% nos últimos 5 anos, enquanto as importações apresentaram crescimento de mais de 40% no mesmo período, totalizando uma corrente de comércio de bens de US\$ 4,6 bilhões em 2019.



A pauta exportadora do Brasil para o Vietnã é composta majoritariamente por produtos da Agropecuária (69%) e da Indústria de Transformação (31%). As importações brasileiras do Vietnã são compostas quase que na totalidade por produtos da indústria de transformação (99%).

Pauta comercial Brasil - Vietnã



A corrente de comércio de serviços entre Brasil e Vietnã cresceu mais de 20% nos últimos anos, totalizando U\$ 22 milhões em 2019. Os principais serviços comercializados entre Brasil e Vietnã são “Viagens”, “Outros serviços empresariais” e “Transporte”, tanto na exportação quanto na importação.

A liberalização do comércio e do investimento estrangeiro direto tem sido parte integrante das reformas estruturais do Vietnã, contribuindo para a competitividade do país. O país possui quinze acordos de livre comércio notificados na Organização Mundial do Comércio, com destaque aos firmados com Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Japão e União Europeia. Ademais, o país faz parte dos mega acordos regionais Parceria Transpacífica (CPTPP) e Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP).

Os acordos celebrados pelo Vietnã são caracterizados por alta ambição nas reduções tarifárias, em muitos casos com eliminação de tarifas sobre mais de 90% dos bens comercializados entre as partes. No âmbito da ASEAN, o país possui alto nível de compromissos em matéria de serviços e investimentos. Mais recentemente, o país tem negociado acordos comerciais modernos, incluindo dispositivos relacionados a propriedade intelectual, compras governamentais e meio-ambiente, por exemplo.

A tarifa média aplicada do Vietnã foi estimada em 9,6%, sendo 17,2% no setor agrícola e 8,4% no setor não-agrícola. No setor agrícola, as maiores tarifas aplicadas encontram-se nos grupos de produtos Bebidas e Tabaco (45,7%), Açúcar e produtos de confeitoria

(33,7%), Café e Chá (24,5%) e Frutas, Vegetais e Plantas (20,2%). No setor industrial, as maiores tarifas médias aplicadas estão nos grupos de produtos Vestuário (19,8%), Equipamento de Transporte (19,5%) e Couro e Calçados (12,6%).

Na área regulatória, o país aplica uma série de barreiras não tarifárias ao comércio, seja por meio de licenciamentos à importação, barreiras sanitárias ou barreiras técnicas. Ademais, o país impõe limitações a prestadores de serviços e investimentos estrangeiros. Análise dos acordos de livre comércio celebrados pelo Vietnã aponta que houve disposição do país para assumir compromissos nessas áreas.

Benefícios de um acordo de livre comércio com o Vietnã



A partir de simulações de impacto realizadas com base em um modelo de equilíbrio geral de dinâmica recursiva, estima-se que um acordo de livre comércio como Vietnã trará resultados positivos para o PIB, para as exportações e importações e para os investimentos no Brasil.

Os resultados indicam que o acordo poderá representar um incremento de R\$ 15,8 bilhões no PIB brasileiro, considerando os valores acumulados entre 2021 e 2040. Para o mesmo período, estima-se um aumento de R\$ 14,2 bilhões nos investimentos, R\$ 192,8 bilhões nas exportações totais brasileiras e R\$ 149,2 bilhões nas importações, totalizando um aumento de R\$ 342,0 bilhões na corrente comercial brasileira. Estima-se ainda uma redução geral do nível de preços ao consumidor de 0,24% e um aumento de 0,02% no salário real no Brasil.

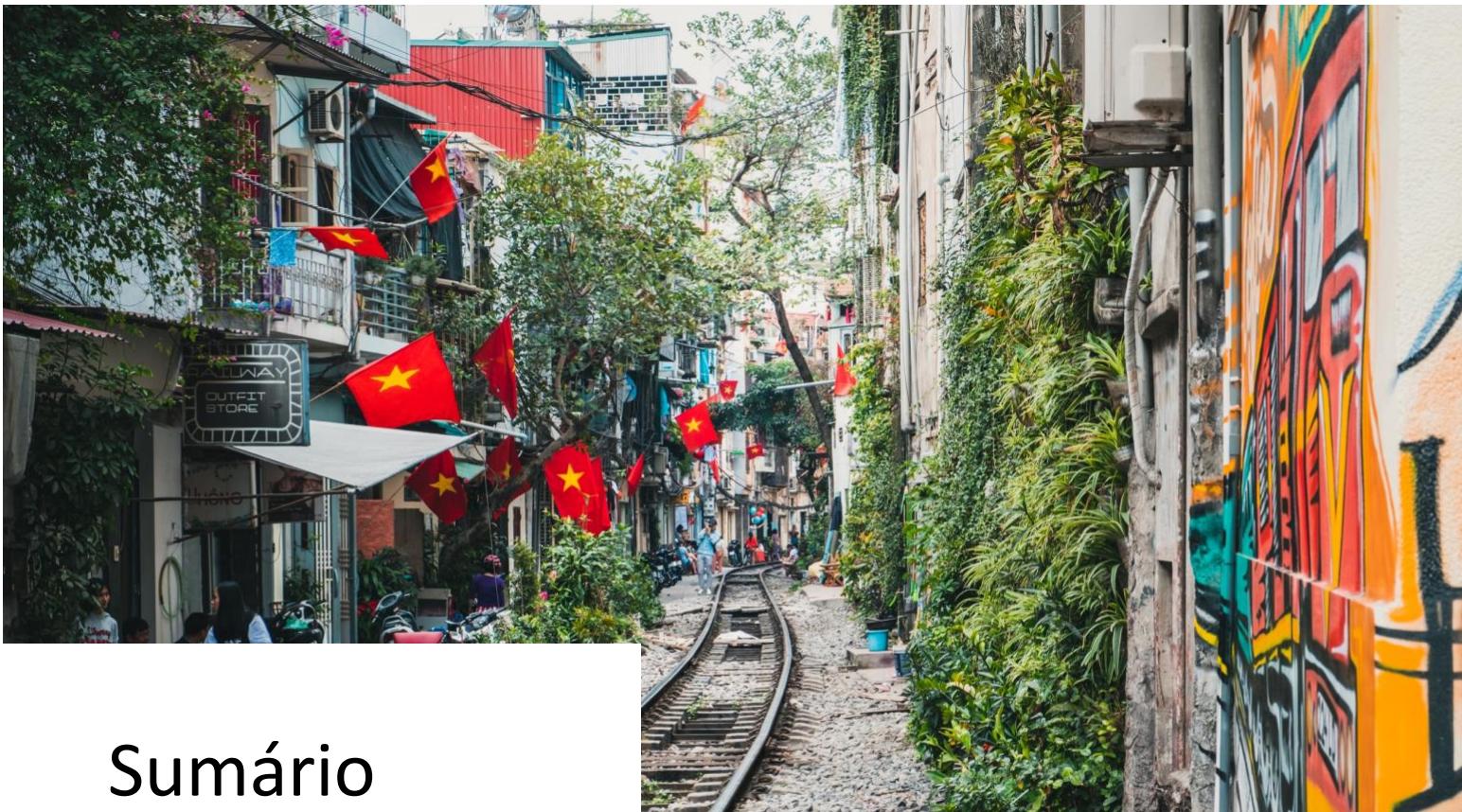
Com relação às atividades econômicas agregadas, destacam-se o crescimento dos níveis de produção da Agricultura, com 0,323%, e Indústria Extrativa, com 0,206%. Indústria de transformação e Serviços apresentam resultados de -0,035% e 0,018%, respectivamente.

O estudo também permitiu identificar efeitos setoriais decorrentes do acordo. Na grande maioria dos casos, os setores seguiram a tendência da economia brasileira e apresentaram resultados positivos para nível de produto e exportações: 50 dos 65 setores apresentaram crescimento do produto setorial. É digno de nota que, dos 27 setores da indústria de transformação, apenas seis apresentam resultado negativo a nível de produto, o que sugere que o resultado da atividade econômica agregada foi influenciado por resultados negativos de setores específicos, que contam com alto nível de proteção tarifária no Brasil.

Com relação às exportações do Brasil para o Vietnã, os ganhos da indústria de transformação têm destaque, com 57,7% de aumento; agricultura e serviços também apresentam resultados significantes, com aumentos de 20,8% e 19,1%, respectivamente.



As análises quantitativas indicam os possíveis impactos que determinada política pode causar, apoiando-se em hipóteses para que o modelo possa ser funcional. Dessa forma, elas devem ser consideradas como um elemento adicional no processo de tomada de decisão e são analisadas conjuntamente com outros aspectos qualitativos relevantes para o tomador de decisão.



Sumário

Apresentação	3
1 Introdução.....	11
2 Informações econômicos-comerciais	14
2.1 Dados econômicos	14
2.2 Fluxo Comercial	16
2.2.1 Comércio de bens.....	16
2.2.2 Comércio de serviços.....	19
2.3 Investimento estrangeiro direto	21
3 Análise comercial	24
3.1 Perfil tarifário.....	24
3.2 Barreiras não-tarifárias ao comércio de bens.....	27
3.2.1 Tributos internos, tarifas e taxas na importação.....	27
3.2.2 Tributos internos, tarifas e taxas na exportação	28
3.2.3 Licenças, proibições e restrições à importação.....	28
3.2.4 Licenças, proibições e restrições à exportação.....	29

3.2.5 Facilitação de comércio e cooperação Aduaneira	30
3.2.6 Barreiras técnicas ao comércio.....	31
3.2.7 Medidas sanitárias e fitossanitárias.....	33
3.3 Barreiras ao comércio de serviços e investimentos.....	35
3.4 Outros temas relevantes para o comércio	36
3.5 Acordos comerciais.....	37
3.5.1 ASEAN	38
3.5.2 ASEAN – China	40
3.5.3 ASEAN – Japão	41
3.5.4 Vietnã – Japão	41
3.5.5 ASEAN - Coreia do Sul.....	42
3.5.6 ASEAN - Austrália - Nova Zelândia.....	42
3.5.7 ASEAN – Índia.....	43
3.5.8 Vietnã - Chile.....	44
3.5.9 Vietnã – União Econômica Eurasiática	44
3.5.10 Vietnã - Coreia do Sul.....	46
3.5.11 CPTPP.....	46
3.5.12 Cuba.....	48
3.5.13 ASEAN- Hong Kong (China).....	48
3.5.14 Vietnã - União Europeia.....	49
3.5.15 RCEP	50
3.5.16 Vietnã- Reino Unido	51
4 Simulações de impactos.....	53
4.1 Cenários	53
4.2 Resultados.....	55
5 Conclusão	64

Lista de Tabelas

Tabela 1. Principais produtos exportados e importados pelo Brasil - Parceiro: Vietnã – 2020.....	17
Tabela 2. Serviços exportados e importados pelo Brasil por setor – Parceiro: Vietnã – 2019.....	20
Tabela 3. Vietnã - Cotas tarifárias	27
Tabela 5. Barreiras Técnicas ao Comércio com o Vietnã	32
Tabela 6. Medidas Sanitárias e Fitossanitárias ao Comércio com o Vietnã	34
Tabela 7. Oferta em livre comércio dos principais acordos comerciais assinados pelo Vietnã.....	38
Tabela 8 - Resultados das simulações para o Brasil – desvio % em relação ao cenário base em 2040.....	56
Tabela 9 - Resultados das simulações para o Brasil – desvio absoluto acumulado entre 2021 e 2040	56
Tabela 10 - Resultados por atividade econômica – desvio % em relação ao cenário base em 2040	57
Tabela 11 - Exportações e importações Bilaterais por Ativ. Econômica – desvio % em relação ao cenário base em 2040.....	58
Tabela 12 - Produção, exportações e importações por setor – desvio % em relação ao cenário base em 2040	58
Tabela 13 - Exportações e importações bilaterais por setor – desvio % em relação ao cenário base em 2040	61

Lista de Figuras

Figura 1. Dados econômicos – Vietnã – 2010 a 2019.....	14
Figura 2. Evolução do comércio bilateral de bens – Parceiro: Vietnã	16
Figura 3. Participação das atividades no comércio de bens do Brasil – Parceiro: Vietnã – 2020.....	17
Figura 4. Evolução do comércio bilateral de serviços - Parceiro: Vietnã.....	19
Figura 5. Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto: Brasil e Vietnã.....	21
Figura 6. Evolução da posição (estoque) do investimento direto ingressante e realizado pelo Brasil - Parceiro: Vietnã	22
Figura 7. Vietnã – Tarifa aplicada média e tarifa máxima dos setores agrícolas e não-agrícolas.....	26
Figura 8. Vietnã – Frequência das linhas tarifárias (%) por faixa de tarifas de importação (%).....	27
Figura 9. Índices de facilitação de comércio. Performance do Vietnã	31

Lista de Abreviaturas e Siglas

- AFAS** – Acordo-Estrutura de Serviços da ASEAN (em inglês, *Asean Framework Agreement on Services*)
- AFC** – Acordo sobre Facilitação do Comércio da OMC
- AFTA** – Área de Livre Comércio da ASEAN (em inglês, *Asean Free Trade Area*)
- AHTN** – Nomenclatura Tarifária Harmonizada da ASEAN
- ALADI** – Associação Latino-Americana de Integração
- ASEAN** – Associação de Nações do Sudeste Asiático (em inglês, *Association of Southeast Asian Nations*)
- ATIGA** – Acordo de Comércio de Bens da ASEAN (em inglês, *Asean Trade in Goods Agreement*)
- ATISA** – Acordo de Comércio de Serviços da ASEAN (em inglês, *Asean Trade in Services Agreement*)
- BIT** – Acordos Bilaterais de Investimentos (em inglês, *Bilateral Investment Treaties*)
- CAMEX** – Câmara de Comércio Exterior
- CEPII** – em francês, *Centre d'études prospectives et d'informations internationales*
- CPTPP** – Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (em inglês, *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*)
- CUCI** – Classificação Uniforme do Comércio Internacional
- DPI** – Direitos de Propriedade Intelectual
- EFTA** – Associação Europeia de Livre Comércio (em inglês, *European Free Trade Association*)
- FDI RRI** – em inglês, *Foreign Direct Investment Regulatory Restrictiveness*
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GATS** – Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da OMC (em inglês, *General Agreement on Trade in Services*)
- GATT** – Acordo Geral de Tarifas e Comércio (em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade*)
- GPA** – Acordo sobre Compras Governamentais da OMC (em inglês, *Agreement on Government Procurement*)
- GVCs** – Cadeias Globais de Valor, na sigla em inglês *Global Value Chain*
- IED** – Investimento estrangeiro direto
- ISIC** – Classificação Internacional Padrão por Atividade Econômica (em inglês, *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*)
- MPMEs** – Micro, Pequenas e Médias Empresas
- OCDE** – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- OSC** – Órgão de Solução de Controvérsias da OMC
- PCE** – Preocupações Comerciais Específicas
- PIB** – Produto Interno Bruto
- RCEP** – Parceria Regional Econômica Abrangente
- SGPC** – Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento
- SH** – Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias

SOE – Empresas estatais (em inglês, *State Owned Enterprises*)

SPS – Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (em inglês, *Sanitary and Phytosanitary measures*)

STRI – em inglês, *Services Trade Restrictiveness Index*

TBT – Barreiras Técnicas ao Comércio (em inglês, *Technical Barriers to Trade*)

TRIMS – Acordo sobre Medidas Relacionadas a Investimentos (em inglês, *Agreement on Trade-Related Investment Measures*)

TRIPS – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (em inglês, *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property*)

UEE – União Econômica Euroasiática

WITS – em inglês, *World Integrated Trade Solution Database*

WTO – em inglês, *World Trade Organization*



Introdução

A literatura econômica³ sugere que os acordos de livre comércio podem reduzir os custos de comércio e investimento, eliminando tarifas e reduzindo barreiras não-tarifárias e restrições regulatórias ao comércio de bens e serviços. O Brasil ainda possui poucos acordos nesse formato, em sua maioria assinados com países da América Latina, sob o âmbito da ALADI, mas também em caráter extrarregional, com Egito, Israel e Palestina.

O Vietnã, por outro lado, possui uma rede de acordos extensa e elevada participação nas cadeias globais de valor. Em 1995, o Vietnã se tornou membro da ASEAN⁴, e em 2007 entrou na OMC. O país possui quinze acordos de livre comércio notificados na OMC, com destaque aos firmados com Austrália/Nova Zelândia, China, Coreia do Sul, Índia, Japão e União Europeia, além do CPTPP, bloco transcontinental composto por países da Ásia, Oceania, América do Norte e América do Sul. Em 15 de novembro de 2020, foi assinada a RCEP, acordo que expande e aprofunda os compromissos já firmados pela ASEAN com Austrália, China, Coreia do Sul, Japão e Nova Zelândia.

No momento de elaboração desse estudo, Mercosul e Vietnã encontram-se na etapa do Diálogo Exploratório. Em dezembro de 2020, em sua 2^a Reunião Ordinária, o

³ Mais informações disponíveis no estudo “Acordos Comerciais e Abertura Comercial: Estimativas e Evidências”, publicado pela SECEX < <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/publicacoes-secex/serie-acordos-comerciais/arquivos/acordos-e-abertura-estimativas-e-evidencias.pdf> >.

⁴ A ASEAN foi estabelecida em 08/08/1967 por Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia. Posteriormente, contou com a adesão de Brunei (1984), Vietnã (1995), Laos e Mianmar (1997) e Camboja (1999).

Conselho de Estratégia Comercial da CAMEX, aprovou o mandato negociador do Brasil para um Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Vietnã, abrangendo temas tarifários e outros temas relacionados a comércio.

A seção 2 desse documento apresenta as principais informações econômicas e comerciais do Vietnã, como dados de PIB, exportações e importações totais e investimento estrangeiro direto. A seção apresenta também uma análise do comércio bilateral entre Brasil e Vietnã, destacando os principais produtos transacionados e a relevância do mercado desse país para o comércio exterior brasileiro. A seção também comprehende informações sobre o comércio de serviços entre Brasil e Vietnã, e informações relevantes sobre investimento estrangeiro direto.

A seção 3 aprofunda a análise comercial do Vietnã, explorando sua estrutura tarifária, com os tipos de tarifas aplicadas, as tarifas médias e os picos tarifários aplicados, por setor e por grupo de produtos. Além disso, revela barreiras não tarifárias do país ao comércio, como barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias ao comércio de bens e restrições ao comércio de serviços e investimentos, além de apresentar oportunidades em outros temas relevantes para o comércio, como boas práticas regulatórias e meio ambiente. A seção também aborda a rede de acordos firmados pelo Vietnã, com foco nos acordos de livre comércio.

Por fim, a seção 4 apresenta as simulações de impacto do acordo comercial entre Mercosul e Vietnã, com os efeitos esperados para as principais variáveis econômicas, como PIB, investimentos, exportações e importações, preços ao consumidor e salário real, além da análise sobre produto e comércio por tipo de atividade e setor.

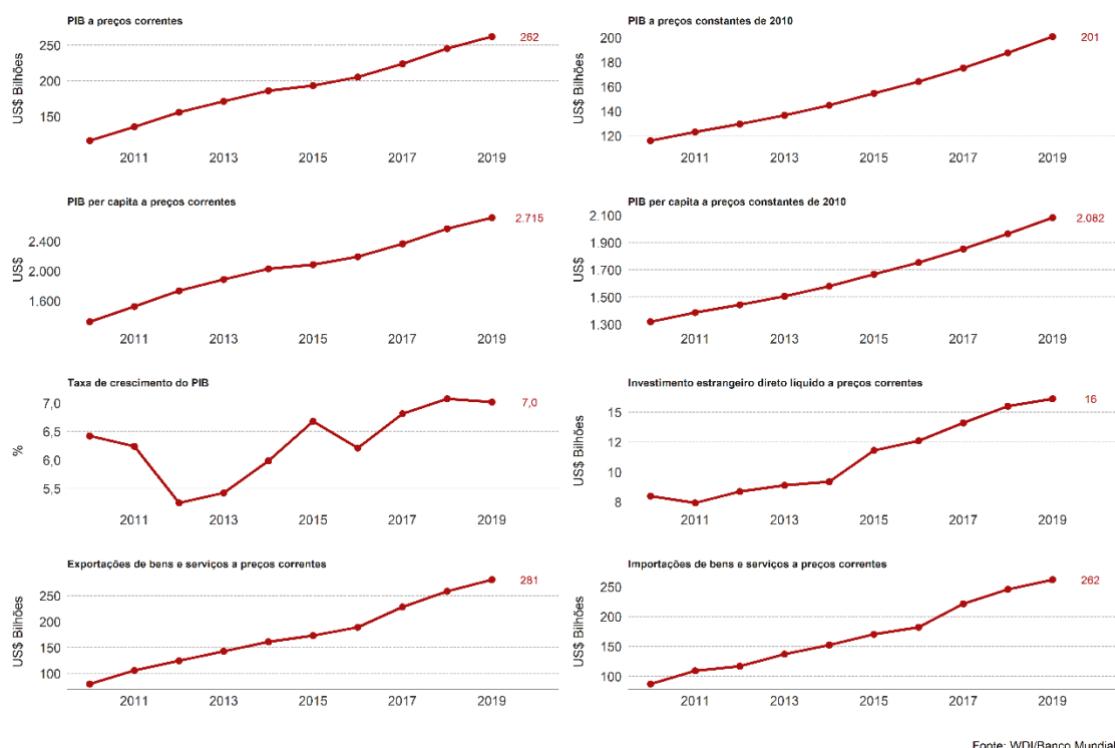


2 Informações econômico-comerciais

2.1 Dados econômicos

O Vietnã é um país com cerca de 95 milhões de habitantes localizado no sudeste asiático, sendo considerada a décima quinta nação mais populosa do mundo⁵. As reformas políticas e econômicas lançadas sob o *Đổi Mới*⁶ em 1986 estimularam o rápido crescimento econômico do país, transformando o que era uma das nações mais pobres do mundo em um país de renda média-baixa⁷. A liberalização do comércio e do investimento direto estrangeiro tem sido parte integrante das reformas estruturais que contribuíram para melhorar a competitividade e o crescimento liderado pelas exportações. O governo vietnamita é fortemente comprometido com o sistema multilateral de comércio e o considera o foco principal de suas políticas de integração econômica.

Figura 1. Dados econômicos – Vietnã – 2010 a 2019



Fonte: WDI/Banco Mundial.

Dados do Banco Mundial apontam que o PIB do Vietnã cresceu a uma taxa média de 6,3% ao ano entre 2010 e 2019, alcançando um total de US\$ 261,9 bilhões no último ano (Figura 1). O PIB per capita do país mais que dobrou na última década, chegando a US\$ 2.715 em 2019. Trata-se de uma das mais rápidas taxas de crescimento da região,

⁵ Informações disponíveis em <https://databank.worldbank.org/>

⁶ O termo *Đổi Mới* significa “nova mudança” e comumente traduzida como “renovação”, e denota as reformas econômicas adotadas pelo governo vietnamita no final da década de 1980 (https://www.globalasia.org/v4no3/cover/doi-moi-and-the-remaking-of-vietnam_hong-anh-tuan).

⁷ Classificação do Banco Mundial.

sinalizando que a economia do país continua a mostrar força e resiliência, suportada pela robusta demanda interna e pela matriz de produção de bens orientada para a exportação⁸.

Quanto aos investimentos, como apresentado na [Figura 1](#), os saldos dos investimentos estrangeiros diretos no país passaram de US\$ 8 bilhões em 2010 para US\$ 16 bilhões em 2019. No mesmo período, as exportações do país tiveram ganhos da ordem de 250% e as importações expandiram cerca de 200%.

De acordo com estudo publicado pelo Banco Mundial⁹, a política de abertura ao comércio e ao investimento do Vietnã abriu caminho para ganhos significativos na competitividade das exportações do país. O comércio vietnamita cresceu apoiado nas cadeias globais de valor, e o país emergiu como uma potência industrial manufatureira¹⁰, com especialização em montagem por empresas principalmente estrangeiras. A exportação de produtos finais e a importação de insumos para incorporação na exportação permitiu ao Vietnã aumentar o valor doméstico agregado nas exportações brutas em 16,6% ao ano entre 1995 e 2011. Esse valor foi inferior ao obtido pela China e significativamente superior ao de outras economias do leste e sudeste da Ásia, como Coreia do Sul, Malásia, Singapura, Taipé Chinês e Tailândia. Um exame mais detalhado da heterogeneidade setorial revela desempenho notável adquirido pelo país nos setores automotivo, eletrônico, agronegócio e têxtil/vestuário. A economia se beneficiou de sua estratégia de desenvolvimento orientada para a exportação, onde as oportunidades de exportação criaram empregos e impulsionaram o crescimento econômico e a redução da pobreza.

O Banco Mundial destacou também que o sistema de acordos comerciais preferenciais assinado pelo Vietnã contribuiu com o aumento nas exportações aos principais mercados e seus consumidores. Segundo o estudo, os acordos comerciais com a União Europeia e o Japão, assim como outros acordos comerciais regionais, permitirão que o Vietnã mantenha seu crescimento como uma plataforma de exportação, levando-o ainda à especialização de funções de montagem de baixo valor agregado, ou, até mesmo, que o país “escale” em sua função nas GVCs, assumindo funções de maior valor agregado.

⁸ Informações disponíveis em <https://www.worldbank.org/en/country/vietnam/overview#1>

⁹ *Vietnam at a Crossroads Engaging in the Next Generation of Global Value Chains*. Disponível em <http://documents1.worldbank.org/curated/en/808541488967692813/pdf/113225-PUB-PUBLIC-PUBDATE-3-6-17.pdf>

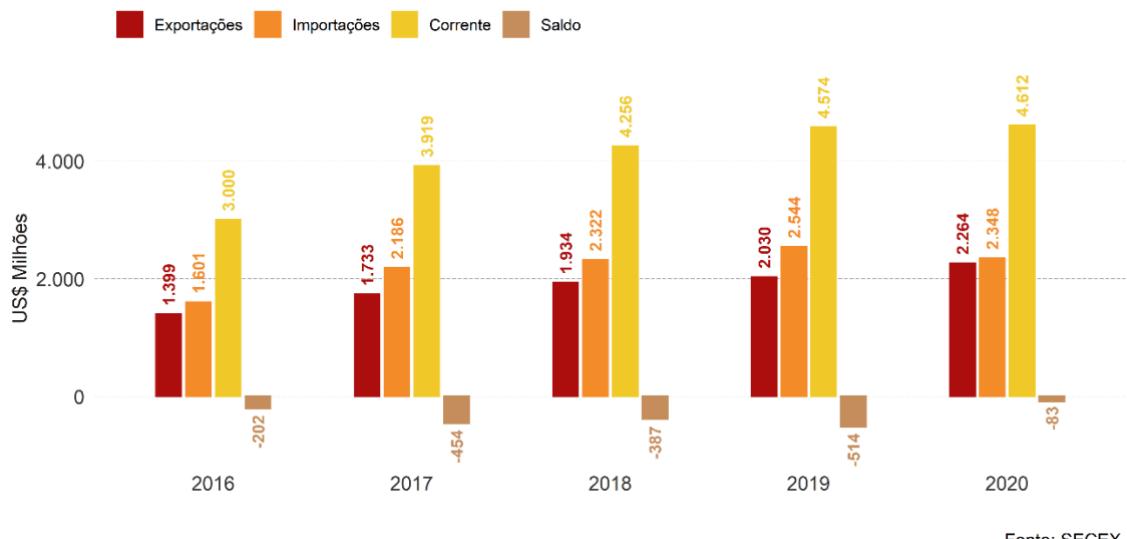
¹⁰ Nakamura, David. 2016 “Buoyed by U.S. firms, Vietnam Emerges as an Asian Manufacturing Powerhouse.” *Washington Post*, 21 May, Washington, DC.

2.2 Fluxo Comercial

2.2.1 Comércio de bens

Em 2020, o Vietnã foi o 21º principal destino das exportações de bens do Brasil e a 15ª origem de produtos importados pelo país. No que concerne à evolução do comércio entre os dois países, a [Figura 2](#) mostra que as exportações do Brasil para o Vietnã expandiram 62% de 2016 para 2020, de US\$ 1,40 para US\$ 2,26 bilhões. No mesmo período, as importações de bens realizadas pelo Brasil com origem no país asiático cresceram 47%, de US\$ 1,60 para US\$ 2,35 bilhões. De forma consolidada, tais operações geraram um fluxo de comércio total de US\$ 4,6 bilhões entre os dois países no ano de 2020, e um saldo negativo de US\$ 83 milhões para a balança comercial do Brasil. Dados da Secretaria de Comércio Exterior e da Relação Anual de Informações Sociais mostram, ainda, que 1.120 empresas do Brasil exportaram para o Vietnã em 2019 e que essas firmas empregavam em conjunto cerca de 340 mil funcionários naquele ano.

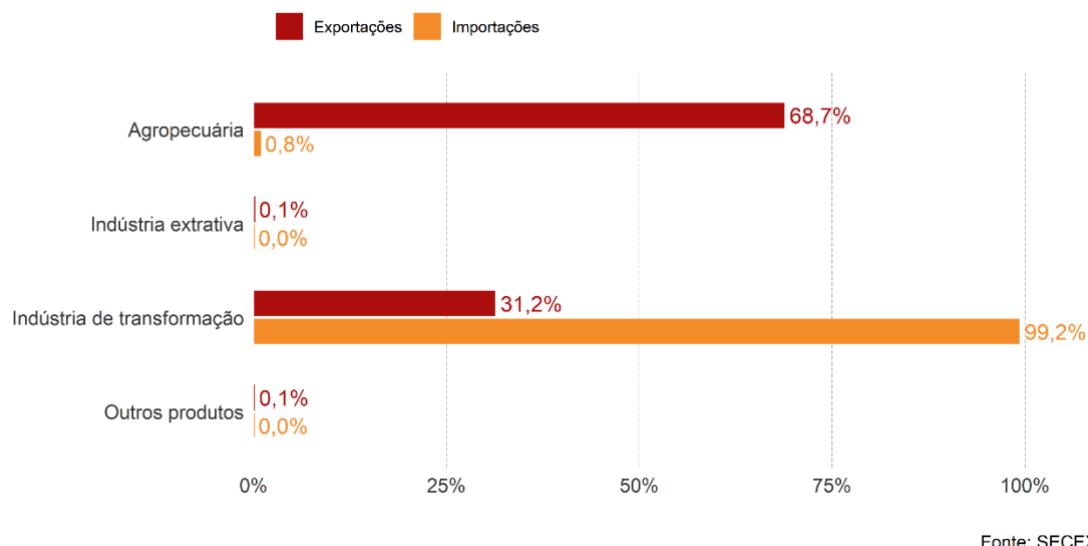
Figura 2. Evolução do comércio bilateral de bens – Parceiro: Vietnã



Fonte: SECEX.

A [Figura 3](#) apresenta o perfil do comércio bilateral de bens, detalhando a informação com base nas seções da ISIC. Verifica-se que os produtos exportados do Brasil para o Vietnã em geral possuem perfis distintos daqueles exportados do Vietnã para o Brasil. Dos bens exportados do Brasil ao Vietnã em 2020, por exemplo, pouco mais de dois terços provinham de atividades relacionadas a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e cerca de um terço originaram-se da indústria de transformação. Por outro lado, produtos relacionados à indústria de transformação respondiam por quase a totalidade do fluxo inverso, ou 99% dos bens importados pelo Brasil do Vietnã em 2020.

Figura 3. Participação das atividades no comércio de bens do Brasil – Parceiro: Vietnã – 2020



Fonte: SECEX.

Tabela 1. Principais produtos exportados e importados pelo Brasil – Parceiro: Vietnã – 2020

Exportações			Importações		
Produto	US\$ milhão	Part. %	Produto	US\$ milhão	Part. %
Milho não moído, exceto milho doce	634,7	28,0	Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios	925,7	39,4
Algodão em bruto	518,8	22,9	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores	472,3	20,1
Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais	286,0	12,6	Calçados	176,4	7,5
Soja	239,6	10,6	Máquinas e aparelhos elétricos	73,7	3,1
Carne suína fresca, refrigerada ou congelada	81,0	3,6	Fios têxteis	54,6	2,3
Trigo e centeio, não moídos	58,2	2,6	Peças e acessórios (exceto estojos, capas e semelhantes) para a máquinas de processamento de dados ou máquinas de escritórios	54,4	2,3
Couro	58,2	2,6	Filés ou outras carnes de peixes congelados, frescos ou refrigerados	47,9	2,0

Exportações			Importações		
Produto	US\$ milhão	Part. %	Produto	US\$ milhão	Part. %
Madeira, parcialmente trabalhada e dormentes de madeira	51,3	2,3	Máquinas para escritórios	42,4	1,8
Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	49,4	2,2	Pneus de borracha, bandas de rodagem intercambiáveis, flaps e câmaras de ar para rodas	31,5	1,3
Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados	45,0	2,0	Geradores elétricos giratórios e suas partes	29,3	1,2
Milho não moído, exceto milho doce	634,7	28,0	Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios	925,7	39,4
Algodão em bruto	518,8	22,9	Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores	472,3	20,1
Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais	286,0	12,6	Calçados	176,4	7,5
Soja	239,6	10,6	Máquinas e aparelhos elétricos	73,7	3,1
Carne suína fresca, refrigerada ou congelada	81,0	3,6	Fios têxteis	54,6	2,3
Trigo e centeio, não moídos	58,2	2,6	Peças e acessórios (exceto estojos, capas e semelhantes) para a máquinas de processamento de dados ou máquinas de escritórios	54,4	2,3
Couro	58,2	2,6	Filés ou outras carnes de peixes congelados, frescos ou refrigerados	47,9	2,0
Madeira, parcialmente trabalhada e dormentes de madeira	51,3	2,3	Máquinas para escritórios	42,4	1,8
Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	49,4	2,2	Pneus de borracha, bandas de rodagem intercambiáveis, flaps e câmaras de ar para rodas	31,5	1,3
Produtos hortícolas, frescos ou refrigerados	45,0	2,0	Geradores elétricos giratórios e suas partes	29,3	1,2

Fonte: SECEX

Estas diferenças entre os perfis dos bens exportados e importados pelos dois países também ficam evidentes na [Tabela 1](#), que classifica as informações sobre tais operações comerciais de acordo com os tipos de produtos transacionados. A tabela mostra que *commodities* agrícolas como milho não moído, algodão em bruto, soja e alimentos para animais representaram uma parte relevante daquilo que foi exportado do Brasil para o Vietnã em 2020. No caso do fluxo inverso, os bens mais representativos da cesta de

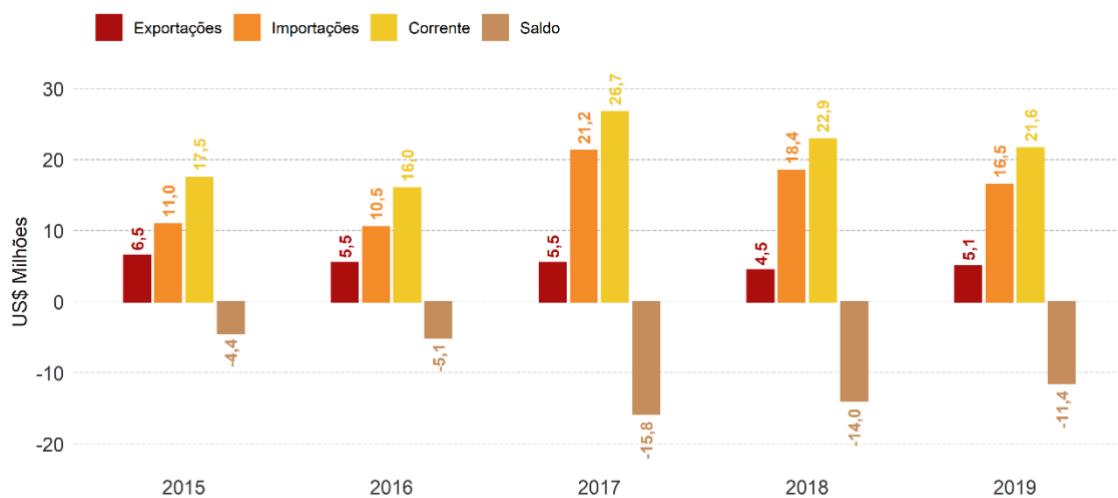
produtos importados do Vietnã pelo Brasil em 2020 pertencem às categorias de equipamentos, máquinas e produtos de vestuário. Dentre estes, destacam-se os classificados como equipamentos de telecomunicações; válvulas, diodos e transistores; calçados; e máquinas e aparelhos elétricos.

2.2.2 Comércio de serviços

Para contextualizar o comércio de serviços entre o Brasil e o Vietnã, serão utilizadas as informações disponíveis na base de dados BaTiS¹¹ (WTO-OECD Balanced Trade in Services Dataset – BPM6)¹².

O comércio total de serviços entre o Brasil e o Vietnã cresceu cerca de 23% entre 2015 e 2019. A [Figura 4](#) mostra que esse crescimento foi causado principalmente pela expansão das importações de serviços do Vietnã pelo Brasil, que passaram de US\$ 11,0 milhões em 2015 para US\$ 16,5 milhões em 2019. A [Figura 4](#) indica, ainda, que o total de serviços transacionados entre os dois países chegou a US\$ 21,6 milhões em 2019 e que o saldo destas transações foi negativo em US\$ 11,4 milhões para a balança comercial do Brasil naquele ano.

Figura 4. Evolução do comércio bilateral de serviços - Parceiro: Vietnã



Fonte: BaTiS - OMC/OCDE.

¹¹ Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/trade_datasets_e.htm.

¹² Em razão da dificuldade da disponibilidade de dados bilaterais de comércio de serviços, as estatísticas oficiais disponibilizadas pelos países informantes passam por um processo de ajustes/estimativas para gerar uma matriz completa de exportações e importações que cobre, em tese, todas as economias do mundo. Os dados reportados neste documento são os da coluna valor final e que o país informante é o Brasil.

Tabela 2. Serviços exportados e importados pelo Brasil por setor – Parceiro: Vietnã – 2019

Exportações			Importações		
Categoria	US\$ milhão	Part. %	Categoria	US\$ milhão	Part. %
Viagens	2,3	45,1	Viagens	12,9	78,1
Outros serviços empresariais	1,5	29,9	Outros serviços empresariais	2,1	12,5
Transporte	0,7	14,5	Transporte	0,9	5,5
Serviços de telecomunicações, tecnologia e informação	0,2	4,9	Serviços de telecomunicações, tecnologia e informação	0,5	2,9
Serviços de manutenção e reparo n.c.a.	0,1	1,2	Bens e serviços governamentais n.c.a.	0,1	0,6
Bens e serviços governamentais n.c.a.	0,1	1,1	Serviços de seguros e previdência	0,0	0,2
Cobranças por uso de propriedade intelectual	0,0	1,0	Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,0	0,2
Serviços de seguros e previdência	0,0	0,6	Serviços de manutenção e reparo n.c.a.	0,0	0,1
Construção	0,0	0,6	Serviços financeiros	0,0	0,0
Serviços financeiros	0,0	0,5	Cobranças por uso de propriedade intelectual	0,0	0,0
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,0	0,5	Serviços de manufatura em insumos físicos de propriedade de terceiros	0,0	0,0
Serviços de manufatura em insumos físicos de propriedade de terceiros	0,0	0,1	Construção	0,0	0,0

Fonte: BaTiS – OMC/OCDE

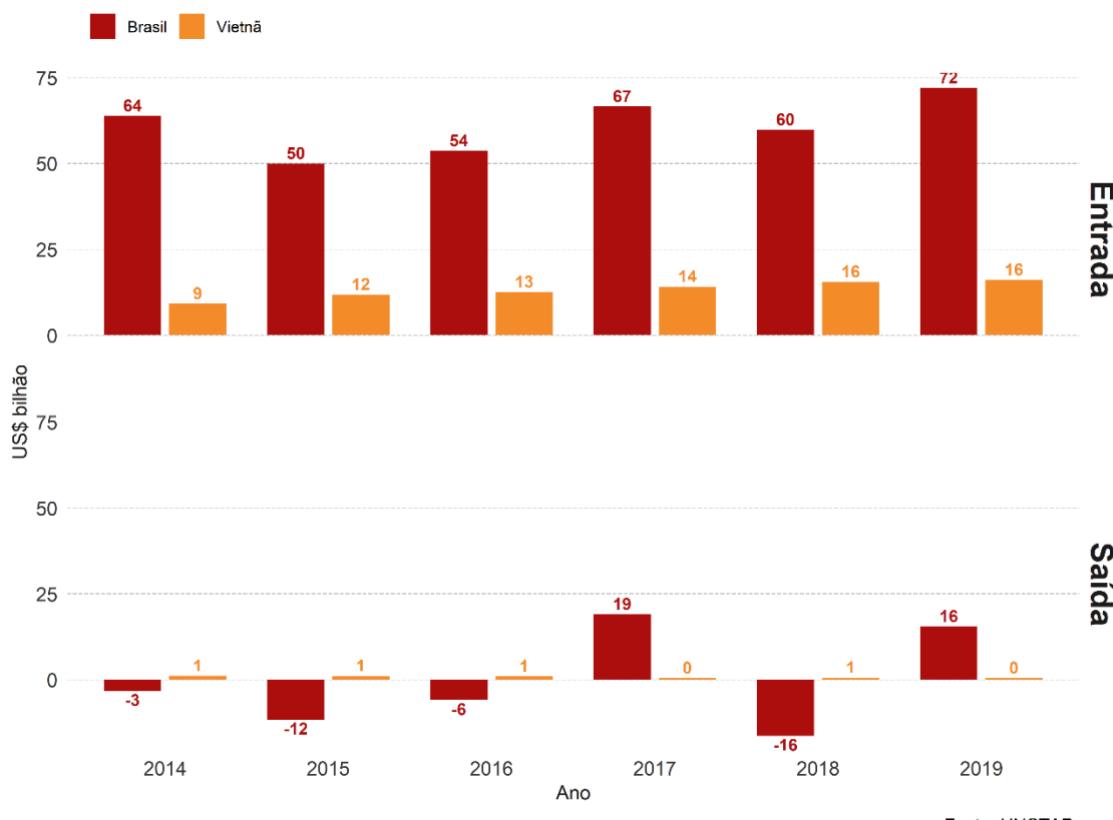
Diferentemente dos conjuntos de bens transacionadas entre o Brasil e o Vietnã, as cestas de serviços trocadas entre dois países possuem perfis similares. No ano de 2020, por exemplo, 94,31% dos serviços exportados do Brasil para o Vietnã e 98,88% daqueles exportados do Vietnã ao Brasil estavam associados a viagens, a serviços empresariais, a serviços de transportes, e a serviços de telecomunicações, tecnologia e informação (vide [Tabela 2](#)).

2.3 Investimento estrangeiro direto

Em termos de investimento estrangeiro direto, o Vietnã figura na lista de maiores receptores de investimentos no mundo. Segundo dados do *World Investment Report* da UNCTAD¹³, em 2019 o fluxo de investimento estrangeiro direto para o Vietnã foi de US\$16 bilhões, com robustos investimentos nos setores de manufatura. O patamar do último ano da série foi atingido após elevações graduais do fluxo de investimentos recebidos pelo país desde 2014 (Figura 5).

Como país investidor, o Vietnã apresentou fluxos positivos de investimentos no exterior desde 2014. As magnitudes desses fluxos, contudo, são zero ou próximas a zero para todo o período apresentado na Figura 5. Os fluxos de investimento estrangeiro direto sob uma ótica do Brasil também podem ser vistos na Figura 5.

Figura 5. Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto: Brasil e Vietnã



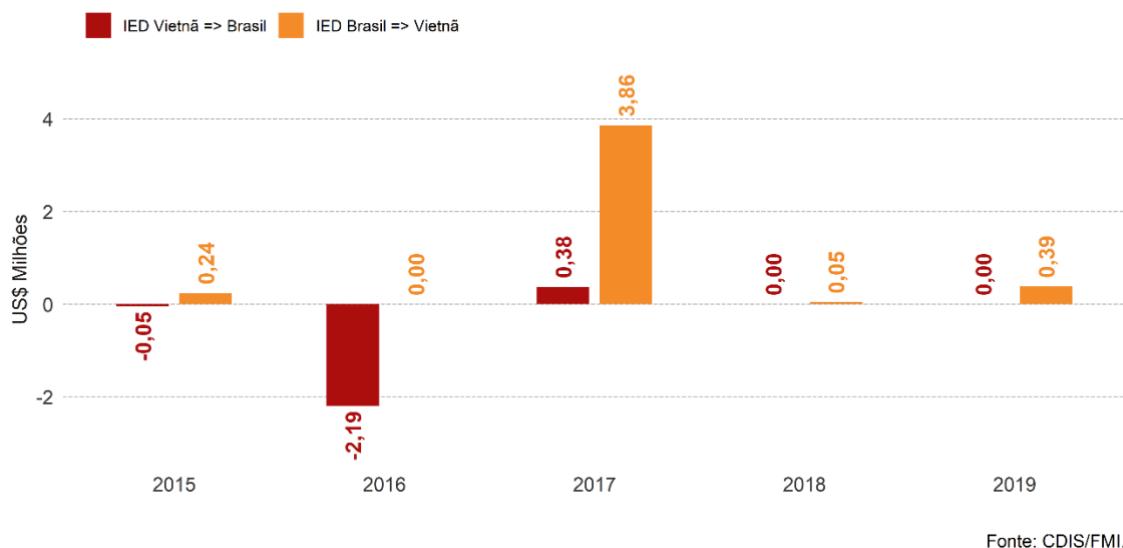
Fonte: UNCTAD.

O *World Investment Report* não disponibiliza dados bilaterais de investimentos entre Brasil e Vietnã. Conforme a base de dados *Coordinated Direct Investment Survey* – CDIS do FMI, a relação de investimentos diretos entre Brasil e Vietnã é pouco significativa. Como apresenta a Figura 6, com exceção dos investimentos brasileiros no Vietnã no ano

¹³ Informações disponíveis em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf.

de 2017, não houve investimentos diretos bilaterais entre Brasil e Vietnã maiores do que US\$ 400 mil no período 2015-2019.

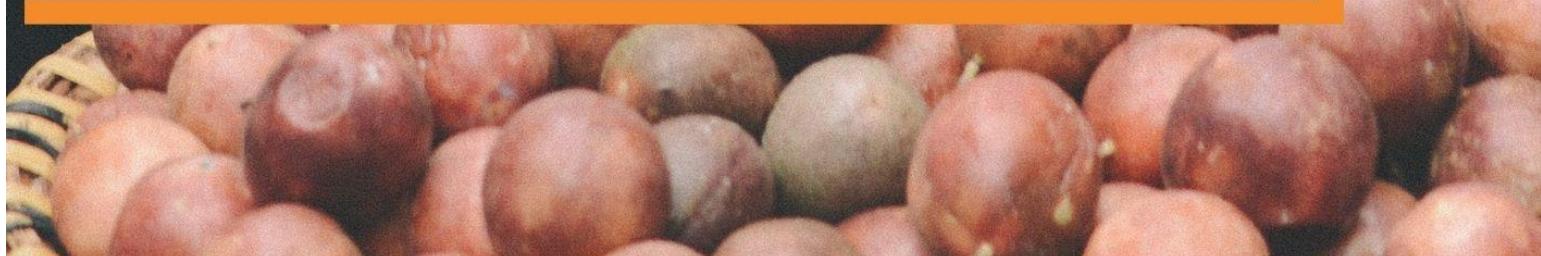
Figura 6. Evolução da posição (estoque) do investimento direto ingressante e realizado pelo Brasil - Parceiro: Vietnã



Fonte: CDIS/FMI.



3 Análise Comercial



Essa seção apresenta uma análise comercial do Vietnã, com o objetivo de traçar oportunidades e barreiras ao comércio entre o Brasil e o país. Além de apresentar o perfil tarifário do Vietnã, são identificadas barreiras regulatórias ao comércio, assim como possíveis restrições ao comércio de serviços e no ambiente de negócios no país, além de avaliações sobre oportunidades em outros temas relevantes para comércio. Por fim, é feita uma análise da rede de acordos comerciais negociados pelo país.

Desde a década de 80, o Vietnã vem buscando laços mais estreitos com o resto do mundo através do aumento do comércio internacional. Em 1995, o Vietnã se tornou membro da ASEAN, que já havia estabelecido uma área de livre comércio entre seus membros em 1993, denominada Área de Livre Comércio da ASEAN, AFTA. Como membro da ASEAN, o Vietnã celebrou acordos de livre comércio com Austrália, China, Índia, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul. Individualmente, o país celebrou acordos comerciais com Chile, Japão, União Econômica Eurasiática e União Europeia, além do CPTPP. Em novembro de 2020, foi assinada a RCEP. O país também é participante do SGPC e está em negociações com a EFTA.

O Vietnã se tornou o 150º membro da OMC em 11 de janeiro de 2007, e desde então, se engajou no envolvimento com seus parceiros comerciais para reconhecer o país como uma economia de mercado. No início de 2018, quase 70 países¹⁴ haviam reconhecido o status de economia de mercado do Vietnã, incluindo membros da ASEAN, China, Japão, Coréia, Austrália, Estados membros da EFTA, Argentina e África do Sul.

Em sua acessão, o país se comprometeu a cumprir de imediato os ditames dos principais acordos no âmbito da OMC, como TRIPS, TBT, SPS e de Valoração Aduaneira. No âmbito do GATS, o Vietnã assumiu compromissos específicos em onze setores de serviços e 110 subsetores. Os subsídios à exportação agrícola, que o Vietnã havia introduzido em forma de bônus de exportação para certas mercadorias durante o processo de adesão, foram eliminadas a partir da data da adesão.

Na área investimentos, TRIMS, o Vietnã eliminou programas que vinculam incentivos ao conteúdo local, enquanto incentivos ao investimento dependente do desempenho das exportações foram encurtados para novos investimentos e foram eliminados durante um período de cinco anos, a partir da data da adesão, para os beneficiários existentes. Em relação aos acordos plurilaterais sob o guarda-chuva da OMC, o país não aderiu aos acordos sobre Compras Governamentais, apesar de ter se tornado observador em 2012, ou do Comércio de Aeronaves Civis, mas tornou-se signatário do Acordo de Tecnologia da Informação.

3.1 Perfil tarifário

Como membro da ASEAN, o país tem sua nomenclatura tarifária baseada na Nomenclatura Tarifária Harmonizada da ASEAN, AHTN, que por sua vez, é baseada no SH da Organização Mundial das Aduanas. A lista da AHTN foi criada com o objetivo de unificar a Nomenclatura de Tarifas e Lista da ASEAN e sincronizar notas, códigos e

¹⁴ <https://www.antconsult.vn/news/vietnam-is-recognized-by-69-countries-as-a-market-economy-opportunities-to-promote-trade-and-investment.html>.

descrições de mercadorias para promover o transporte gratuito de mercadorias e a integração econômica na região, e contribuir especialmente para o estabelecimento da Área de Livre Comércio da ASEAN, AFTA, e da Comunidade Econômica da ASEAN.

Em sua acessão à OMC, o Vietnã consolidou a maioria dos seus códigos com tarifas do tipo *ad valorem*, na faixa entre 0% a 40%, com picos tarifários em itens considerados sensíveis para o país. Na época, a média simples global das tarifas consolidadas do país era de 17,5%, sendo 22,4% no setor agrícola e 13,1% nos setores industrial e pesqueiro (não- agrícola).

Atualmente¹⁵, 100% das linhas tarifárias do país possuem tarifas consolidadas. No setor agrícola, as maiores tarifas consolidadas estão nos grupos de produtos de Bebidas e tabaco (135%), Açúcar e produtos de confeitoraria (100%) e Cereais e preparações (80%). Os demais produtos desse setor possuem tarifas consolidadas situadas entre 20% e 40%. No setor industrial, as maiores tarifas consolidadas estão em Equipamento de transporte (198%) e Têxteis (100%). Os demais grupos possuem tarifas consolidadas entre 20% e 60%. No setor pesqueiro, a tarifa consolidada é de 3%.

Em 2019, a tarifa média aplicada do Vietnã foi estimada em 9,6%, sendo 17,2% no setor agrícola e 8,4% no setor não-agrícola. Se considerarmos a média ponderada pelo comércio, as tarifas seriam de 5,5%, 10,1% e 5,1%, respectivamente para toda a economia, setor agrícola e setor não-agrícola.

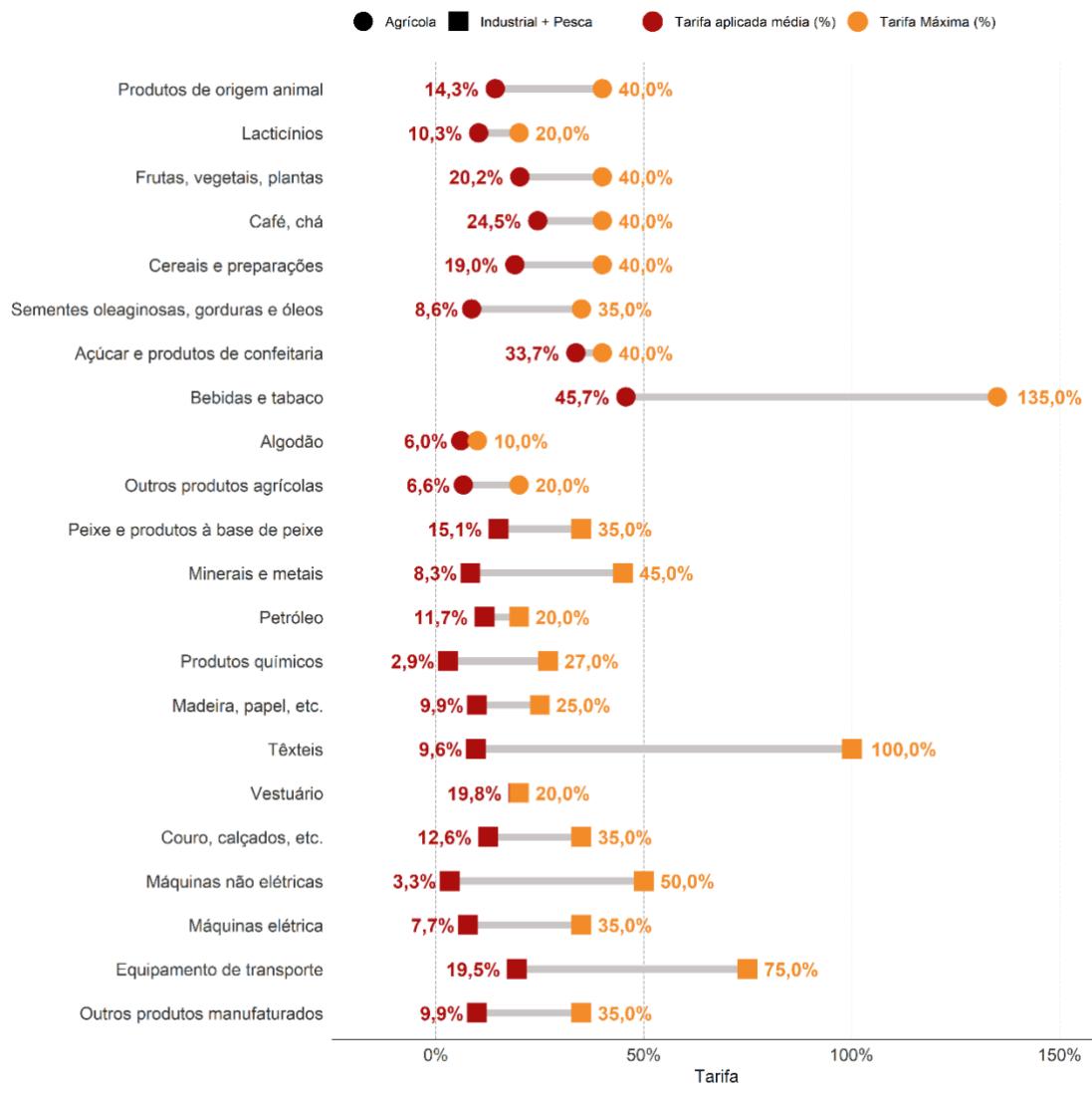
No setor agrícola, 15% das linhas tarifárias são isentas de tarifas de importação (*duty free*), 17,3% possuem tarifas de até 5%, 43,2% tarifas entre 5% e 25%, 24,2% tarifas na faixa de entre 25% e 100% e apenas 0,3% das linhas possuem tarifas acima de 100%. Em relação às tarifas médias aplicadas, os maiores valores encontram-se nos grupos de produtos de Bebidas e Tabaco (45,7%), Açúcar e produtos de confeitoraria (33,7%), Café e Chá (24,5%) e Frutas, Vegetais e Plantas (20,2%). Os produtos de Bebidas e Tabaco apresentam picos tarifários de até 135%, as maiores tarifas de importação aplicadas pelo país.

O setor não-agrícola possui maior percentual de linhas tarifárias *duty free* (38,6%) e com tarifas de até 5% (19,8% do total). Além disso, 41,1% das linhas possuem tarifas entre 5% e 50% e nenhum produto possui tarifa acima de 100%. Os grupos de produtos de Vestuário, Equipamento de Transporte e Couro e Calçados possuem as maiores tarifas aplicadas do setor industrial, com valores de, respectivamente, 19,8%, 19,5% e 12,6%. Os picos tarifários estão em Têxteis (100%), Equipamento de Transporte (75%), Minerais e Metais (60%) e Máquinas não-elétricas (50%). O setor de pesca possui tarifa média de 15,1%, com picos que chegam a 35% (Figura 7).

A Figura 8 traz a distribuição das tarifas por faixa de valor, as tarifas médias e as tarifas máximas aplicadas pelo Vietnã para os setores agrícola, industrial e pesqueiro.

¹⁵ World Tariff Profile 2020 [co-publication of the World Trade Organization (WTO), the International Trade Centre (ITC) and the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)].

Figura 7. Vietnã – Tarifa aplicada média e tarifa máxima dos setores agrícolas e não-agrícolas



Fonte: World Tariff Profile 2020 (WTO, ITC and UNCTAD). Elaboração própria

O Vietnã possui cotas tarifárias para importação de ovos, açúcares de cana, tabaco e sal. As cotas para ovos, açúcar e sal são definidas pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do tabaco não manufaturado pelo Ministério da Indústria e Comércio. De acordo com os compromissos do país na OMC, os volumes dessas cotas devem aumentar a uma taxa de 5% ao ano. Os volumes ofertados pelas cotas, as quantidades importadas e as tarifas aplicadas dentro e fora da cota são apresentadas na Tabela 3.

Figura 8. Vietnã – Frequência das linhas tarifárias (%) por faixa de tarifas de importação (%)

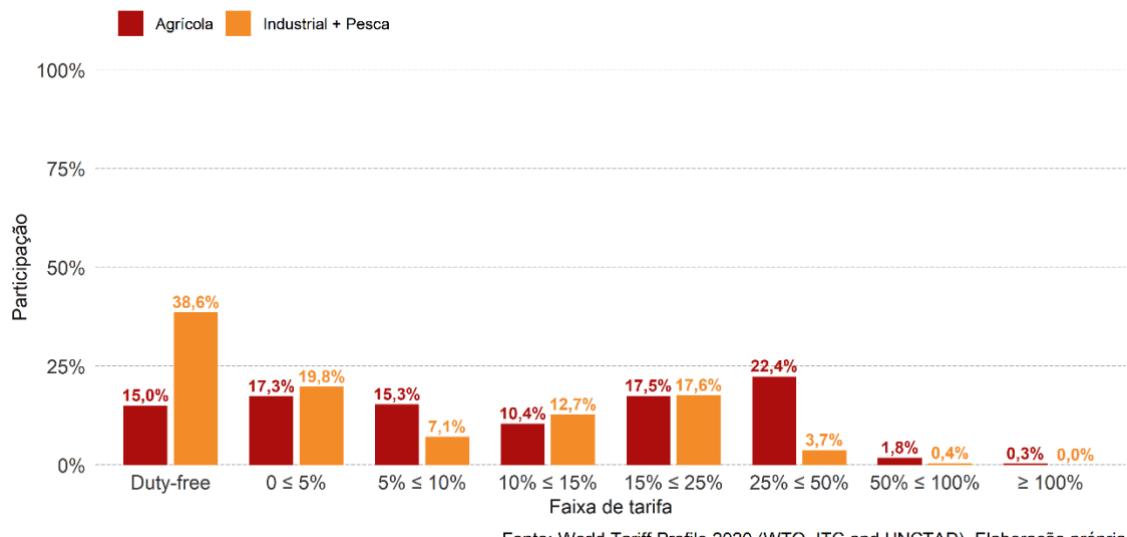


Tabela 3. Vietnã - Cotas tarifárias

	Volume da cota (2019)	Volume importado (2019)	Tarifa dentro da cota	Tarifa fora da cota
Ovos	55.181 dúzias	0	40%	80%
Açúcar de cana	98.700 t	26.000 t	25% / 40%	80% / 85% / 100%
Tabaco	56.284 t	37.147 t	15% / 30%	80% / 90%
Sal	100.000 t	60.000 t	15% / 30%	50% / 60%

Fonte: Trade Policy Review (WT/TPR/S/410)

3.2 Barreiras não-tarifárias ao comércio de bens

A redução ou eliminação de tarifas não é suficiente para garantir o acesso de produtos brasileiros ao mercado vietnamita se barreiras não-tarifárias não forem devidamente endereçadas. O Vietnã adota diferentes políticas comerciais que têm o potencial de afetar o fluxo de comércio com o Brasil, tanto por meio de medidas aplicadas no processo aduaneiro – na fronteira – quanto internamente – da fronteira para dentro.

3.2.1 Tributos internos, tarifas e taxas na importação¹⁶

O Vietnã aplica impostos e taxas a praticamente todas as suas importações, principalmente na forma de impostos sobre valor agregado e impostos sobre consumo. Em sua lista de compromisso de Bens na OMC, o Vietnã limitou a aplicação de outras

¹⁶ Informações obtidas em WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

taxas e encargos (de acordo com o Artigo II: 1 (b) do GATT 1994) a zero, portanto não aplica outros tributos de fronteira de impostos de importação.

O imposto sobre valor agregado aplica-se à maioria dos bens e serviços importados ou produzidos no país, com percentuais que variam entre 0 a 10%, sendo o percentual padrão de 10%. A alíquota reduzida de 5% aplica-se a bens considerados essenciais, como água, alimentos não-processados, fármacos, equipamentos médicos e produtos agrícolas. Nenhuma distinção é feita entre bens produzidos internamente e importados. O imposto sobre consumo, também igualmente aplicável aos bens importados e produzidos domesticamente, incide, entre outros, sobre aparelhos de ar-condicionado, motocicletas, aviões, automóveis e bebidas alcoólicas, com alíquotas de, respectivamente, 15%, 20%, 30%, 40% e 65%.

Existe, ainda, lei doméstica voltada à proteção ambiental que regulamenta a aplicação de imposto sobre produtos importados ou produzidos localmente que tenham impactos nocivos sobre o meio ambiente, como petróleo e derivados, carvão, sacos plásticos, herbicidas e pesticidas. Há reembolso e dedução do imposto especial de consumo (*excise tax*) entre outros a: mercadorias importadas temporariamente para reexportação; matérias-primas importadas para produção e processamento de exportações; e bens sujeitos a reembolso de imposto de consumo sob tratados dos quais o Vietnã é parte contratante.

3.2.2 Tributos internos, tarifas e taxas na exportação¹⁷

Diferentemente do que ocorre nas importações, poucos produtos no Vietnã, quando exportados, estão sujeitos a impostos e taxas. Os impostos na exportação se aplicam a um número reduzido de produtos, principalmente recursos naturais, e seu valor pode chegar a 40%, sendo aplicados de forma não-discriminatória. Entre tais produtos, pode-se citar peixes, minerais, carvão, petróleo, borracha, madeira e alumínio bruto. O Vietnã também aplica royalties (*severance tax*), com alíquotas que variam de 1% a 40%, sobre a produção e exportação de recursos naturais, como metais básicos, madeira, água, petróleo bruto e gás natural. Nos seus acordos comerciais mais recentes, o CPTPP e o tratado com a UE, o Vietnã se comprometeu a deixar de aplicar, após determinado prazo, a maioria de seus impostos de exportação. Vale ressaltar, contudo, que as exportações de algumas commodities, como carvão, petróleo e certos tipos de minérios, não estão cobertas por esses compromissos.

3.2.3 Licenças, proibições e restrições à importação¹⁸

O Vietnã aplica proibições, restrições e licenciamento a importações. Entre os produtos cuja importação é proibida, constam, entre outros, químicos, autopeças e certos veículos usados, armas, munições, explosivos, equipamento militar, produtos culturais com circulação ou disseminação proibida, e determinados bens de consumo usados.

¹⁷ Informações obtidas em WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

¹⁸ Informações obtidas em WTO 2020 – TPR Vietnã (2020) e Global Trade Alert 2021.

Os produtos cuja importação está sujeita a restrições estão, em sua grande maioria, também sujeitos ao licenciamento, na medida em que as licenças de importação são a ferramenta de controle de comércio mais comum no Vietnã. Há 8 órgãos governamentais que exercem, mediante licenciamento, o controle das importações de uma série de produtos, entre os quais estão defensivos agrícolas, fertilizantes, publicações, impressoras, produtos de segurança cibernética, brinquedos, fármacos, equipamentos médicos, inseticidas e cosméticos, entre outros. O licenciamento também é usado pelo Vietnã para o controle de importações sujeitas a cotas. Desde 2014, quando eliminou o licenciamento automático aplicável a produtos do setor de aço, o Vietnã utiliza apenas licenças não-automáticas.

Legislação específica prevê a possibilidade de que importações – assim como exportações – sejam temporariamente suspensas em situações de guerra, epidemia, desastres naturais, bem como em razão de crises no balanço de pagamentos. A possibilidade de suspender as importações de produtos que tenham efeitos adversos sobre a saúde ou o meio ambiente também está prevista em lei.

Entre as medidas que tenham potencialmente afetado as exportações brasileiras, ressalte-se as ampliações, em 2012 e em 2015, da lista de produtos do setor de tecnologia da informação com proibição de importação no Vietnã. A lista inclui produtos como partes e peças de calculadoras, microfones, impressoras, aparelhos de transmissão de rádio, câmeras e monitores e projetores. Mais recentemente, em 2019, o país asiático proibiu a importação de maquinário com mais de 15 a 20 anos de uso, a depender do produto.

3.2.4 Licenças, proibições e restrições à exportação¹⁹

À semelhança do que pratica pelo lado das importações, o Vietnã também impõe proibições, restrições e licenças a exportações. Aplicam-se proibições a exportação de, entre outros, químicos tóxicos, madeira serrada de florestas domésticas, armas, munições, equipamento militar e antiguidades. Quanto aos produtos sujeitos a restrições e que, portanto, necessitam de licença para serem exportados, pode-se mencionar explosivos industriais, medicamentos sob controle, ingredientes de ervas, relíquias e antiguidades que não são de propriedade do Estado e ouro. Em resposta à pandemia da Covid-19, o Vietnã impôs, entre 11 de março e 29 de abril de 2020, exigências temporárias de licenciamento para a exportação de máscaras e, entre 10 de abril e 1 de maio de 2020, cotas temporárias para a exportação de arroz, com o intuito de garantir a segurança alimentar nacional. Ainda no contexto dos esforços de combate à pandemia, em janeiro de 2021 entrou em vigor a suspensão temporária da exportação de máscaras, luvas e roupas de proteção. A suspensão está prevista para durar até dezembro de 2021.

Em relação a medidas adotadas nos últimos anos e que tenham afetado o comércio com o Brasil, em 2013 o Vietnã restringiu suas exportações de arroz mediante a criação de critérios mais rigorosos para a concessão de licenças, que, na prática, acabaram sendo cumpridos por apenas 150 exportadores. Em 2017, a citada restrição foi revogada.

¹⁹ Informações obtidas em WTO 2020 – TPR Vietnã (2020) e Global Trade Alert 2021.

3.2.5 Facilitação de comércio e cooperação Aduaneira

O Vietnã ratificou o AFC da OMC em 2015 e, segundo as notificações do país, o processo de implementação das disposições do tratado deve ser concluído em 2025.

Em 2011, o Vietnã lançou a Estratégia de Desenvolvimento Aduaneiro para 2020, programa no âmbito do qual realizaram-se reformas importantes visando à facilitação de comércio. Entre os avanços que merecem destaque, está a disseminação do uso de gerenciamento de risco em conformidade com as recomendações da Organização Mundial das Aduanas, a adoção da fiscalização pós-desembarque, a ampliação do uso da tecnologia da informação na gestão do comércio exterior e a implementação do guichê único nacional e do *Single Window ASEAN*²⁰.

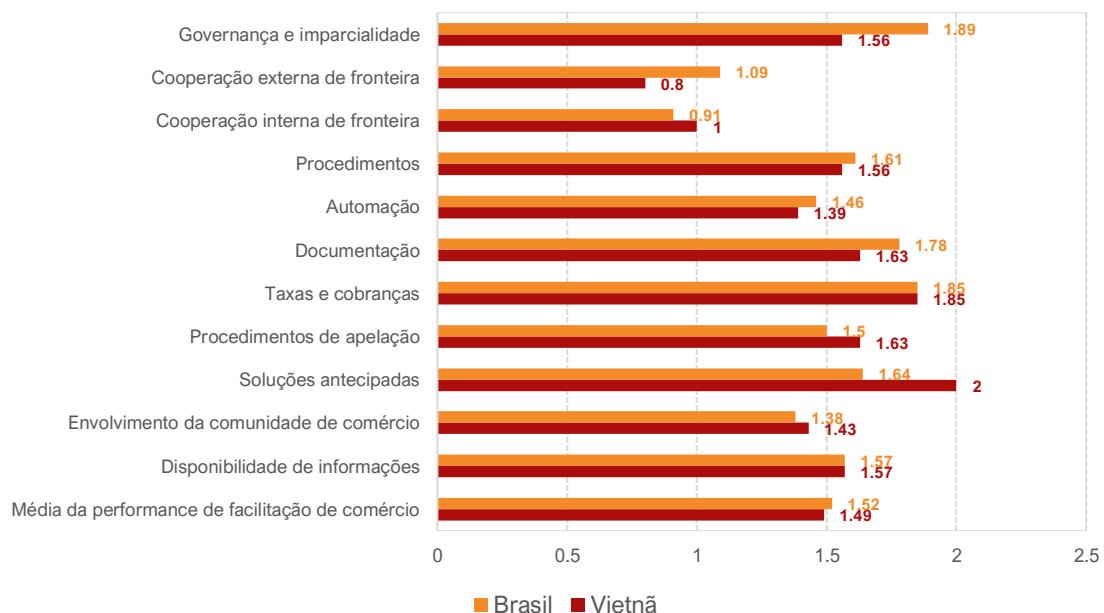
A OCDE compila índices de facilitação de comércio em uma série de áreas, que compõem a ferramenta *Trade Facilitation Indicators*²¹. No agregado desses índices, o Vietnã figura em 2º lugar entre os países da ASEAN, ficando atrás apenas de Singapura. As áreas em que o Vietnã tem o melhor desempenho, se aproximando inclusive das melhores práticas internacionais, são disponibilidade de informações, soluções antecipadas, procedimentos de apelação, taxas e encargos, e liberação de mercadorias. Ainda segundo a OCDE, avanços significativos têm sido obtidos na comunicação com *stakeholders*, simplificação e harmonização de requisitos documentais e cooperação aduaneira internacional. Apesar dos avanços desde 2017, a organização nota que há espaço para importantes melhorias, como maior aceitação de documentos eletrônicos, aprimoramento das tecnologias que apoiam a automação dos procedimentos aduaneiros, redução da frequência de inspeções físicas e ampliação do programa de Operador Econômico Autorizado²².

A [Figura 9](#) ilustra o desempenho do Vietnã nos índices mensurados pela OCDE, em comparação com o Brasil.

²⁰ Informações obtidas em WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

²¹ Há onze indicadores de facilitação de comércio da OCDE, que assumem valores de 0 a 2, onde 2 designa o melhor desempenho que pode ser alcançado. As variáveis no conjunto de dados TFI são codificadas com 0, 1 ou 2 e procuram refletir não apenas a estrutura regulatória nos países em questão, mas se aprofundar, na medida do possível, no estado de implementação de várias medidas de facilitação do comércio.

²² Informações obtidas em WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

Figura 9. Índices de facilitação de comércio. Performance do Vietnã

Fonte: Trade Facilitation Indicators. OCDE, 2019.

Os índices de facilitação de comércio da OCDE variam de 0 a 2, 2 indicando a melhor performance na facilitação de comércio.

3.2.6 Barreiras técnicas ao comércio

A Lei de Normas e Regulamentos Técnicos de 2006 é a principal base jurídica do Vietnã sobre normas e regulamentos técnicos. A lei visa promover a harmonização das normas nacionais e de seus processos de preparação, avaliação e publicação com as práticas internacionais. Atualmente, o Vietnã tem cerca de 12.900 normas nacionais, 60% das quais, segundo as autoridades, foram harmonizadas com padrões internacionais, regionais ou estrangeiros. Os dados são de 2020 e são superiores ao percentual de 40% prevalecente em 2013²³. A lei também define os procedimentos para a elaboração de regulamentos técnicos, sendo o arcabouço regulatório nacional atualmente composto por cerca de 800 regulamentos com foco em produtos e mercadorias, visando evitar insegurança ao consumidor, risco sanitário ou poluição ambiental²⁴.

Algumas mudanças legislativas recentes implementadas pelo Vietnã no tema de normas e regulamentos técnicos incluem: nova regulamentação sobre rotulagem; novas leis relacionadas a construção e proteção ambiental, que têm impacto nas normas técnicas dessas áreas; decretos e circulares implementando um desenvolvimento mais participativo de normas técnicas; além de adequações às convenções internacionais.

O Ministério da Ciência e Tecnologia é responsável por coordenar o desenvolvimento de normas e regulamentos técnicos e manter repositórios atualizados, além de, no caso das normas, promover planos anuais e quinquenais para sua

²³ WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

²⁴ WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

formulação. Assim, o Ministério deve ser consultado sobre minutas elaboradas nos comitês técnicos de ministérios e agências competentes. Além desses comitês, de acordo com o governo, já poderem contar com a participação de especialista, do setor privado e da sociedade em geral, as minutas neles elaboradas são publicadas com períodos de comentários de 60 dias. Enquanto os projetos de normas podem ser acessados pelas partes estrangeiras interessadas, mediante solicitação, as minutas dos regulamentos técnicos são compartilhadas com os membros da OMC por meio de notificações ao Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio.

De acordo com a Lei de Qualidade de Produtos e Mercadorias, os produtos e mercadorias são classificados em dois grupos, com base em riscos: Grupo 1) produtos "*incapable of causing unsafety*"²⁵, sujeitos a controle de qualidade com base em normas técnicas declaradas pelos fabricantes; e Grupo 2) produtos "*capable of causing unsafety*"²⁶, controlados com base em regulamentos técnicos definidos pelos órgãos governamentais competentes, que também devem especificar os procedimentos correlatos de avaliação da conformidade. Esses podem incluir certificação obrigatória e inspeções de qualidade e testes, aplicáveis igualmente aos produtos nacionais e importados antes de sua distribuição no mercado. As agências competentes também fazem seu controle por meio de fiscalização do mercado ou esquemas de monitoramento dos produtos sob sua gestão. Apesar de, no Vietnã, certificações e resultados de laboratórios estrangeiros serem aceitos, não existe uma lista unificada dos que são reconhecidos, pois esta informação é tratada separadamente por cada ministério.

A **Tabela 4** mostra que barreiras técnicas ao comércio cobrem cerca de 37% do valor das importações do Vietnã. Os principais setores afetados por essas medidas são Têxteis de Vestuário (98,5%), Vegetais (97,4%) e Produtos Alimentícios (95,9%).

Tabela 4. Barreiras Técnicas ao Comércio com o Vietnã

Setor	Comércio Afetado por setor (%)	Produtos Afetados (nº)	Comércio Afetado (US\$ milhões)
Têxteis e Vestuário	98,5	777	15.236,5
Vegetais	97,4	277	6.688,3
Produtos Alimentícios	95,9	200	5.217,3
Combustíveis	78,2	3	7.108,6
Animais	75,9	223	2.056,0
Químicos	52,9	248	6.590,6
Metais	50,5	191	9.483,9

²⁵ Products and goods incapable of causing unsafe (below referred to as group-1 products and goods) mean those products and goods which, under rational conditions of transportation, storage, preservation and use for proper purposes, cause no harms to humans, animals, plants, assets or the environment. Law on Product and Goods Quality (No. [05/2007/QH12](#)).

²⁶ Products and goods capable of causing unsafe (below referred to as group-2 products and goods) mean those products and goods which, under rational conditions of transportation, storage, preservation and use for proper purposes, can latently cause harms to humans, animals, plants, assets or the environment. Law on Product and Goods Quality (No. [05/2007/QH12](#)).

Acordo Mercosul – Vietnã

Pedras e Vidros	42,5	72	814,8
Minerais	33,4	38	233,0
Madeireiro	30,9	55	1.393,4
Transporte	30,1	22	1.845,7
Diversos	16,1	44	855,1
Plástico e Borracha	9,7	13	1.151,5
Maquinário e Eletroeletrônicos	4,4	26	2.705,0
Calçados	3,5	12	24,0
Todos os setores	37,1	2.201	61.403,9

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS), elaboração própria

Nota: O comércio afetado por setor corresponde à variável “*NTM Coverage Ratio*” na base WITS, e é calculado determinando o valor das importações de cada mercadoria sujeita a restrições, agregando por grupo de mercadorias SH aplicável e expressando o valor das importações cobertas como uma porcentagem do total de importações no grupo de mercadorias SH.

O Vietnã aderiu, em 2009, ao Código de Boas Práticas para Preparação, Adoção e Aplicação de Normas no Anexo 3 do Acordo TBT. De 2013 a 2020, o Vietnã fez 152 notificações ao Comitê TBT da OMC, cobrindo uma grande variedade de produtos. Além disto, 5 PCE com relação a medidas do país foram apresentadas ao Comitê nesse período, relativas: 1) aos volumes de bebidas alcoólicas que podem ser importados para cumprimento de avaliação da conformidade; 2) aos certificados de aprovação de tipo de veículo e emissão, qualidade e inspeção de segurança para cada lote de carros importados; 3) às disposições da Lei sobre Ciber segurança (reiterada 10 vezes); 4) à gestão de qualidade obrigatória para produtos e mercadorias sob responsabilidade do Ministério da Informação e Comunicações; e 5) a condições de negócios relacionadas a atividades e licenças de eletricidade. Nenhuma dessas PCE foi levantada ou apoiada pelo Brasil.

3.2.7 Medidas sanitárias e fitossanitárias

O governo do Vietnã implementou uma estratégia nacional em 2011 com o objetivo de controlar a segurança sanitária de alimentos em toda a cadeia de abastecimento. Em 2020, laboratórios e instalações para inspeção de alimentos já estavam operacionais em todas as províncias. Ademais, o governo espera que todos os estabelecimentos de produção, processamento e comercialização de alimentos atendam às condições de segurança sanitária de alimentos até 2030. Em consonância com esse objetivo, o Vietnã modernizou seu regime de requisitos sanitários e fitossanitários. A legislação pertinente também cobre questões como segurança sanitária para alimentos importados, requisitos de quarentena na importação e exportação, gestão de fertilizantes e pesticidas e níveis máximos de resíduos de pesticidas em alimentos. Essas mudanças regulatórias foram notificadas à OMC por meio de 84 notificações ao Comitê SPS²⁷.

²⁷ WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

Em 2008, o Vietnã lançou um plano de ação para cumprir as obrigações relacionadas ao Acordo SPS²⁸. Isso inclui a harmonização de seus padrões sanitários e fitossanitários e de higiene e segurança alimentar com os do Codex Alimentarius, da Organização Mundial da Saúde Animal, e da Convenção de Proteção de Plantas. Definiu-se que tais padrões deveriam ser aplicáveis tanto às exportações como ao consumo interno. Ademais, foram estabelecidas metas para melhorar a avaliação de risco, medidas de controle e a capacidade institucional. Vários ministérios e agências do país são responsáveis por questões relacionadas a SPS, mas todos devem se coordenar com o Escritório SPS no Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, ponto focal nacional para o tema.

Medidas SPS afetam cerca de 11% do valor total das importações do Vietnã. Como explicitado na **Tabela 5**, os principais setores afetados são os de Vegetais (99,9%), Produtos Alimentícios (91,7%) e Animais (78,9%).

Tabela 5. Medidas Sanitárias e Fitossanitárias ao Comércio com o Vietnã

Setor	Comércio Afetado por setor (%)	Produtos Afetados (nº)	Comércio Afetado (US\$ milhões)
Vegetais	99,9	319	6.868,8
Produtos Alimentícios	91,7	204	4.984,9
Animais	78,9	246	2.137,9
Madeireiro	45,9	87	2.068,2
Têxteis e Vestuário	10,9	20	1.682,2
Químicos	4,6	33	570,7
Minerais	2,5	1	17,6
Diversos	0,8	1	41,7
Plásticos e Borrachas	0,2	2	22,2
Metais	0,0	5	6,2
Todos os setores	11,1	918	18.400,7

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS), elaboração própria

Nota: O comércio afetado por setor corresponde à variável “*NTM Coverage Ratio*” na base WITS, e é calculado determinando o valor das importações de cada mercadoria sujeita a restrições, agregando por grupo de mercadorias SH aplicável e expressando o valor das importações cobertas como uma porcentagem do total de importações no grupo de mercadorias SH.

Desde 2013, nove PCEs sobre medidas do Vietnã foram levantados no Comitê SPS. Três delas foram levantadas em 2015, sobre: 1) restrições a frutas devido a moscas-de-frutas (reportada como resolvida em 2017); 2) restrições a produtos vegetais; e 3)

²⁸ Decisão do Primeiro-Ministro No. 147/2008/QD-TTg. WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

atrasos no processo de aprovação para laticínios e produtos de carne (ambas reportadas como parcialmente resolvidas). As demais permanecem sem solução: três inicialmente levantadas e não reiteradas pelos Membros, sobre: 4) Máximo Nível de Resíduos para medicamentos veterinários; 5) restrições gerais às importações (melões, gado vivo, carne bovina e farinha de carne e ossos) (esta levantada em 2019, pelo Brasil); e 6) Regulamento Técnico de Alimentos para Animais. Outras três foram reiteradas pelo menos uma vez pelos Membros, relativas: 7) à suspensão da importação de sementes de amendoim; 8) ao acesso ao mercado de miudezas "brancas"; e 9) à imposição de restrições à importação no projeto de Lei de Proteção Animal.

Após o início da pandemia da Covid-19, o Vietnã tem aplicado as diretrizes da Organização Mundial da Saúde sobre "Covid-19 e segurança alimentar: Orientação para empresas de alimentos", e o Departamento de Segurança Alimentar sob o Ministério da Saúde emitiu orientações sobre como melhorar a segurança sanitária de alimentos para fornecedores de serviços de alimentação para prevenir a propagação da doença²⁹.

3.3 Barreiras ao comércio de serviços e investimentos³⁰

Apesar da contribuição crescente do comércio de serviços para o PIB do Vietnã, alguns fatores obstam o pleno desenvolvimento do setor, incluindo a falta de competição externa e a necessidade de reformas institucionais. Muitos dos obstáculos que explicam a falta de maior concorrência externa e o consequente domínio de mercado em certos setores por parte de empresas locais (sobretudo empresas estatais) estão relacionados à necessidade de que sejam criadas *joint ventures* como requisito para o estabelecimento no país, além de limites à participação de capital estrangeiro estabelecidos pelos marcos regulatórios vigentes em setores importantes como serviços financeiros, telecomunicações e transportes.

Restrições importantes relativas ao investimento estrangeiro também são encontradas nos setores de produção e transmissão de energia, em que não é permitida a participação de capital estrangeiro. Atividades relacionadas à mineração, à execução de contratos com a PETROVIETNAM atinentes à exploração de prospecção de petróleo e gás, além de projetos de investimentos superiores a VND 5 trilhões (aproximadamente US\$ 214 milhões) estão sujeitos a mecanismos de escrutínio (*screening*), na medida em que dependem de autorização discricionária por parte do Primeiro Ministro.

Em 2015, foi eliminado o limite de 49% do capital total para investimentos estrangeiros diretos em diversos setores, por meio da atualização da Lei de Empreendimentos e da Lei de Investimentos. As mudanças tiveram como objetivo atrair IED, por meio da equiparação das condições de concorrência oferecidas às empresas de capital estrangeiro e empresas privadas domésticas em comparação com aquelas vigentes para empresas estatais. Todavia, empresas controladas por capital estrangeiro devem obter registro de investimentos junto ao Departamento de Planejamento e Investimentos do local em que o empreendimento será instalado. Outras limitações ao investimento estrangeiro ainda persistem por razões de segurança nacional, ordem

²⁹ Ofício nº 881 / ATTP-NDTT. WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

³⁰ Informações obtidas em WTO 2020 – TPR Vietnã (2020).

social, ética social ou saúde pública. O número de empresas que deve observar tais limitações é de 243.

Em atividades de vendas de agente de comissão no varejo, atacado, franchising e armazenagem, por exemplo, permanece a exigência de realização de testes de necessidade econômica para a expansão de unidades de varejo adicionais à primeira de propriedade ou controladas por capital estrangeiro. Firmas de arquitetura de propriedade estrangeira, por sua vez, só podem prestar serviços para empresas com participação de capital estrangeiro.

Empresas instaladas no Vietnã também enfrentam restrições para contratar profissionais estrangeiros. Decretos vigentes³¹ estipulam que a contratação de estrangeiros está sujeita à aprovação do presidente do Comitê Popular local, a partir da aplicação de um teste de necessidade que verifica se atividade pode ou não ser exercida por trabalhadores vietnamitas.

Diante desse quadro regulatório, os acordos de livre comércio têm-se apresentado como meio de obter concessões liberalizantes do Vietnã em determinados setores. No instrumento celebrado com a União Europeia (EVFTA, na sigla em inglês), por exemplo, o país asiático comprometeu-se com a elevação dos percentuais de participação estrangeira em determinados subsetores de telecomunicações³². No CPTPP, por sua vez, está registrado, na oferta de serviços e investimentos do Vietnã, o compromisso de elevar a participação do capital estrangeiro em empreendimentos atinentes a setores de entretenimento e jogos eletrônicos³³.

3.4 Outros temas relevantes para o comércio

Para além dos temas mencionados nessa seção, diferentes medidas governamentais em outras áreas têm o potencial de afetar o fluxo comercial com o Vietnã. Dentre essas áreas, destacam-se, por exemplo, boas práticas regulatórias. Boas práticas regulatórias podem reduzir obstáculos ao comércio e aos investimentos ao garantir um marco normativo transparente, previsível e estável, gerando confiança às empresas e investidores brasileiros e, consequentemente, melhorando os fluxos comerciais e de investimentos. Pode-se citar a entrada em vigor da Lei nº 80/2015 de Promulgação de Documentos Legais como exemplo da implementação de boas práticas regulatórias pelo Vietnã. De acordo com as autoridades do país, a nova Lei simplificou o sistema de documentos legais, e garantiu sua consistência independentemente de eles serem promulgados em nível central ou local. Ademais, a Lei prevê um mecanismo de coordenação para a formulação de políticas e processo legislativo, que ajuda as partes interessadas, como agências governamentais, associações privadas e indivíduos a fornecer contribuições para a elaboração de documentos legais. A realização de consultas públicas se tornou obrigatória e o período para comentários não deve ser inferior a 30 dias, devendo as autoridades responder todos os comentários recebidos por escrito, e publicar em seus sítios eletrônicos o texto revisado da legislação proposta.

³¹ Decretos Nº. 11/2016/ND-CP e Nº. 140/2018/ND-CP.

³² EVFTA, Annex 8-B.

³³ CPTPP Agreement, Cross Border Trade in Services and Investment Non-Conforming Measures, Annex I Viet Nam (<https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/tpp-ptp/text-texte/31-1-a12.aspx?lang=eng>)

Além disto, segundo as autoridades, o Governo mantém diálogos regulares com representantes de empresas, universidades, associações industriais e organizações internacionais.

A promoção do desenvolvimento sustentável por meio do comércio e dos investimentos também tem se tornado tema cada vez mais recorrente em acordos de livre comércio. Tem-se como preocupação central garantir que as relações comerciais e de investimentos das partes atentem para questões socioambientais e trabalhistas. Compromissos com o Vietnã na área de desenvolvimento sustentável podem visar ao diálogo e ao estabelecimento de princípios relativos a trabalho e meio ambiente relevantes para o comércio e investimento bilaterais. Ao reconhecer o desenvolvimento sustentável como objetivo das partes, o tema pode ser tratado em um acordo de livre comércio na forma de capítulo específico com compromissos autonomamente negociados ou incorporar princípios consolidados em outros tratados internacionais com o fim de reforçar a dimensão do desenvolvimento sustentável em suas relações comerciais e de investimentos. Dessa forma, acordos de livre comércio podem ter impacto positivo para a promoção de regras que visam o equilíbrio entre benefícios comerciais e o desenvolvimento sustentável, estabelecendo princípios gerais e mecanismos de cooperação apropriados para estimular maior equilíbrio nas condições de competitividade e sustentabilidade das partes.

3.5 Acordos comerciais

O primeiro acordo comercial do Vietnã foi celebrado com os membros da ASEAN em 1995, quando o país ingressou no bloco. Em 2005, o país assinou um acordo de livre comércio com a China, e em um intervalo de cinco anos, assinou acordos com Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia. A década seguinte foi marcada por intensa abertura comercial, e o país celebrou acordos com Chile, Índia, UEE, Coreia do Sul, Hong Kong (China), CPTPP e Cuba. Os últimos acordos comerciais foram assinados com a União Europeia, em junho de 2019, a RCEP em novembro e o Reino Unido em dezembro, ambos em 2020. O Vietnã se encontra em tratativas comerciais com a EFTA e é participante do SGPC.

Os acordos celebrados pelo Vietnã são caracterizados por um grau de abertura comercial significativo, muitas vezes superiores a 90% em termos de linhas tarifárias e comércio bilateral. Para os produtos cujas tarifas não são totalmente desgravadas, o Vietnã costuma dar acesso preferencial por meio de margens de preferência fixa, tarifas com patamares reduzidos ou por meio de cotas tarifárias. Em alguns casos, a desgravação tarifária tem início após certo período de carência, que pode chegar a 16 anos. Nos acordos assinados no âmbito da ASEAN, é comum o uso de faixas de desgravações distintas, como faixas normais ou rápidas (“*fast or normal tracks*”), para produtos sem sensibilidades, que costumam ter suas tarifas totalmente desgravadas, e faixa sensível (“*sensitive track*”), para produtos de maior sensibilidade, que podem manter algum tipo de tarifa reduzida.

A [Tabela 6](#) relaciona os acordos comerciais assinados pelo Vietnã e o grau de abertura desses acordos.

Tabela 6. Oferta em livre comércio dos principais acordos comerciais assinados pelo Vietnã

Acordo	Vietnã		Parceiro Comercial	
	Linhas Tarifárias	Volume de Comércio	Linhas Tarifárias	Volume de Comércio
ASEAN (AFTA/ATIGA)	n/d	n/d	n/d	n/d
ASEAN - China	93,7	n/d	95	n/d
ASEAN - Japão	90	86,8	87,8	95,3
Japão	91,6	90,1	89,3	96,5
ASEAN – Coreia do Sul	85	82,9	92,2	88,6
ASEAN – Austrália/ Nova Zelândia ³⁴	91,8	94,8 (AUS) 98 (NZ)	100 (AUS e NZ)	100 (AUS e NZ)
ASEAN - Índia	n/d	n/d	n/d	n/d
Chile	89,2	95,3	99,2	100
União Econômica Eurasiática	94,5	97	86,3 (Rússia)	89,1 (Rússia)
Coreia do Sul	89	92,6	95,3	94,9
CPTPP	99	n/d	99	n/d
Cuba	n/d	n/d	n/d	n/d
União Europeia	99	n/d	99	n/d
ASEAN – Honk Kong (China)	85	n/d	100	100
Reino Unido	99	n/d	99	n/d

Fonte: *WTO Regional Trade Agreements Database* (<http://rtais.wto.org>) - *Factual presentation* referente a cada acordo celebrado. Para os acordos celebrados em âmbito ASEAN, os valores apresentados consideram apenas as ofertas com eliminação total das tarifas (*duty liberalization*), isto é, não incluem as linhas com desgravação parcial das tarifas (*duty reduction*). No acordo ASEAN/China, foram utilizados os documentos de Comunicado Conjunto da ASEAN em âmbito OMC (WT/COMTD/51/Add.6 de 16 de outubro de 2007). Para o acordo ASEAN/Índia, foi utilizado o documento de perguntas e respostas elaborado pela OMC (*WTO Questions and replies regarding the ASEAN/India Agreement* (WT/COMTD/RTA/8/2)). Para o CPTPP, estimativas divulgadas pelo [Governo canadense](#). Para União Europeia, e Estimativas divulgadas pela [Comissão Europeia](#).

3.5.1 ASEAN³⁵

A ASEAN foi estabelecida em agosto de 1967 por Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, com objetivos iniciais que diziam respeito à cooperação nos campos econômico, social, cultural, técnico, educacional e outros. Em 1984, Brunei aderiu ao grupo.

³⁴ Concessões da Austrália e Nova Zelândia concedidas ao Vietnã

³⁵ *Trade Policy Review - WT/TPR/S/278/Rev.1- WTO e ASEAN Trade in Goods Agreement*

Em 1993, a ASEAN estabeleceu uma área de livre comércio entre seus membros, denominada AFTA (*Asean Free Trade Area*). Posteriormente, Vietnã (1995), Laos, (1997), Mianmar (1997) e Camboja (1999) também aderiram ao bloco. Esses quatro países também assinaram o acordo da AFTA, como requisito para ingressar na ASEAN, mas tiveram prazos mais longos para cumprir as obrigações de redução de tarifas da AFTA. Ao longo dos anos seguintes, o programa de redução de tarifas foi ampliado e acelerado, e uma série de atividades de aprofundamento dos compromissos foram iniciadas, incluindo esforços para eliminar barreiras não tarifárias e restrições quantitativas, harmonizar a nomenclatura aduaneira, avaliação e procedimentos e desenvolver padrões comuns de certificação de produtos.

Em fevereiro de 2009, os membros da AFTA assinaram o ATIGA, consolidando todas as iniciativas, obrigações e compromissos existentes no comércio de mercadorias em um único documento, que entrou em vigor em 17 de maio de 2010. Em relação à liberalização tarifária, Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia se comprometeram com a eliminação de tarifas no comércio intra-ASEAN até 2010, e Vietnã, Camboja, Laos e Mianmar até 2015, com flexibilidade até 2018 para um máximo de 7% das linhas tarifárias. Todos os estados membros se comprometeram a não introduzir cotas tarifárias nas importações ou exportações de outro estado membro, e Vietnã e Tailândia concordaram em eliminar as cotas existentes por meio de “pacotes de compromisso”, nos períodos de 2008-2010 para a Tailândia e 2013-2015 para o Vietnã.

Por meio do ATIGA, Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia eliminaram tarifas de importação intra-ASEAN em 99,65% de suas linhas tarifárias, enquanto Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã reduziram suas tarifas para patamares entre 0% e 5% para 98,86% de suas linhas tarifárias³⁶.

Entre os membros da ASEAN, os dispositivos relacionados a defesa comercial reafirmam os compromissos da OMC, além de prever a existência de salvaguardas bilaterais específicas para o acordo por período de tempo indeterminado.

No comércio de serviços, a integração dos países da ASEAN se iniciou em 1995, com a assinatura do AFAS³⁷. O AFAS teve como base o GATS, com compromissos em matéria de tratamento nacional e acesso a mercados em uma abordagem de lista positiva. Ao longo dos anos, diversas rodadas negociadoras foram realizadas, com o objetivo de liberalização total do comércio de serviços entre os membros. Além do alto nível de compromissos realizados pelos países em suas listas ao longo dos anos, diversos Acordos de Reconhecimento Mútuo foram assinados com vistas a liberalizar e facilitar o fluxo de profissionais nas áreas de engenharia, enfermagem, medicina, entre outras. Em outubro de 2020 foi assinado o ATISA³⁸, que estabelece um mandato para que os compromissos dos membros sejam transpostos para a abordagem de lista negativa, com prazos específicos, com o objetivo de prover maior transparência e segurança jurídica para a economia da região. Ademais, o ATISA contém anexos de Serviços Financeiros,

³⁶ Informações obtidas em <http://investasean.asean.org/index.php/page/view/asean-free-trade-area-agreements/view/757/newsid/872/asean-trade-in-goods-agreement.html>

³⁷ Informações obtidas no endereço eletrônico em “ASEAN Integration on Services: [https://www.asean.org/storage/2015/12/ASEAN-Integration-in-Services-\(Dec%202015\).pdf](https://www.asean.org/storage/2015/12/ASEAN-Integration-in-Services-(Dec%202015).pdf)”

³⁸ Informações obtidas em <https://asean.org/asean-signs-trade-services-agreement-2/>

Telecomunicações e Serviços Aéreos Auxiliares, para compromissos mais robustos e maior cooperação nesses setores.

Em 2008, os membros da ASEAN concluíram o *ASEAN Comprehensive Investment Agreement*, que consolidou compromissos de liberalização e proteção de investimentos.

3.5.2 ASEAN – China ³⁹

No âmbito do *Framework Agreement on Comprehensive Economic Cooperation* entre China e ASEAN foram assinados três acordos: o primeiro deles, em matéria de bens; o segundo, de serviços; e o terceiro, relacionado a investimentos.

O acordo de bens entre ASEAN e China (*Agreement on Trade in Goods*) foi assinado em 29 de novembro de 2004. Pelo acordo, os novos membros da ASEAN, Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã, deverão receber tratamento especial e diferenciado, com maior flexibilidade na desgravação das tarifas. Para os demais membros da ASEAN (Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia), intitulados ASEAN 6, o tratamento será similar ao concedido à China.

O acordo estabeleceu três categorias de desgravação tarifária: i) *Early Harvest Programme*, que incorpora todos os produtos dos capítulos 01 a 08 do Sistema Harmonizado, exceto aqueles incluídos na lista de exceção de cada país; ii) faixa normal (*normal track*), para produtos que tiveram suas tarifas eliminadas ou reduzidas até 1º de janeiro de 2012 para ASEAN 6 e China, e entre 2015 e 2018 para os novos membros da ASEAN; e iii) faixa sensível (*sensitive track*), para produtos mais sensíveis, até o limite de 500 códigos tarifários (SH 6) e 15% do comércio bilateral. Essa categoria foi ainda subdividida em *sensitive line* (SL) e *highly sensitive line* (HSL). O Vietnã alocou 5,4% de seus códigos tarifários (em 6 dígitos do SH) na categoria SL e 2,7% na HSL. Por sua vez, a China alocou 3,1% e 1,9% de seus códigos tarifários nas categorias SL e HSL, respectivamente.

Após a implementação completa do acordo, uma média de 95% das linhas tarifárias da ASEAN 6 e da China ficaram isentas de impostos de importação (*duty free*) e de 93,7% para os novos membros da ASEAN⁴⁰. As provisões sobre barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias são em grande parte relacionadas aos compromissos já existentes no âmbito da OMC.

O acordo de serviços entre ASEAN e China⁴¹ foi assinado e entrou em vigor em 2007. Foi o primeiro acordo de serviços assinado pelos países da ASEAN em conjunto com um parceiro. O acordo teve como base o GATS, com compromissos em matéria de tratamento nacional e acesso a mercados em uma abordagem de lista positiva, e foram realizadas dois pacotes de inscrição de compromissos de acesso a mercados.

³⁹ Informações obtidas em *Framework Agreement On Comprehensive Economic Cooperation Between The Association Of South East Asian Nations And The People's Republic Of China and respective Addendums*, disponíveis no Regional Trade Agreement (Database) da OMC (<http://rtais.wto.org/UI/PublicMaintainRTAHome.aspx>).

⁴⁰ WTO WT/COMTD/51/Add.6 16 October 2007

⁴¹ *Agreement on Trade in Services of the Framework Agreement on Comprehensive Economic Co-operation between ASEAN and the People's Republic of China*. Informações obtidas no WTO Factual Presentation - WT/REG279/1

O acordo de investimentos contém dispositivos de proteção e promoção de investimentos, nação mais favorecida e solução de controvérsias investidor-Estado.

3.5.3 ASEAN – Japão ⁴²

O Acordo de Livre Comércio entre ASEAN e o Japão foi assinado em 2008 e entrou em vigor em 1º de dezembro de 2008 para Japão, Laos, Myanmar, Singapura e Vietnã, em 1º de janeiro de 2009 para Brunei, 1º de fevereiro para Malásia, 1º de junho para Tailândia e 1º de dezembro para o Camboja, todos em 2009, em 1º de março de 2010 para Indonésia e 1º de julho do mesmo ano para as Filipinas.

Como resultado do acordo, ao final do período de implementação, o Vietnã terá liberalizado 90% de suas linhas tarifárias, correspondendo a 86,8% de suas importações do Japão (2005-2007). O Japão oferecerá à ASEAN tratamento duty free em 87,8% de suas linhas tarifárias, correspondente a 95,3% das importações provenientes do Vietnã.

As provisões do acordo sobre barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias são em grande parte relacionadas aos compromissos já existentes no âmbito da OMC. O acordo contém disciplinas de melhores esforços para manutenção de um ambiente favorável e transparente para investimentos, além de compromisso de negociação futura para maior liberalização e facilitação do comércio de serviços.

3.5.4 Vietnã – Japão⁴³

O acordo de livre comércio e integração econômica entre Vietnã e Japão foi assinado em dezembro de 2008 e entrou em vigência em 1º de outubro de 2009. Até o final da implementação em 2024, 89,3% das linhas tarifárias e 96,5% das importações japonesas originadas do Vietnã estarão isentas de impostos de importação. No caso do Vietnã, cerca de 91,6% das linhas tarifárias se tornarão dutyfree, correspondente a 90,1% do valor das importações originadas Japão.

Os dispositivos do acordo relacionados a salvaguardas reafirmam os compromissos da OMC, além de prever a existência de salvaguardas bilaterais específicas para o acordo por período de tempo indeterminado. Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo contém dispositivos de transparência e reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC.

No comércio de serviços, o acordo contém compromissos de acesso a mercados, tratamento nacional e nação mais favorecida, inscritos em uma abordagem de lista positiva. Com relação a investimentos, o acordo contém dispositivos de liberalização, proteção e promoção de investimentos, nação mais favorecida, tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos e solução de controvérsias investidor-Estado.

O acordo conta, ainda, com dispositivos de propriedade intelectual, concorrência, meio-ambiente, cooperação na área de MPMEs e proibição de subsídios agrícolas à exportação.

⁴² Factual Presentation - WT/REG277/1

⁴³ Factual Presentation - WT/REG275/1/Rev.1

3.5.5 ASEAN - Coreia do Sul⁴⁴

No âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica Abrangente entre a ASEAN e a Coreia do Sul foram negociados o Acordo de Bens e o Acordo de Serviços. Esses acordos foram assinados em 2006, mas entraram em vigor apenas em 2010.

Antes da entrada em vigor do acordo, cerca de 16% das linhas tarifárias da Coreia do Sul já eram *duty free*, o que corresponde a cerca de 19,7% das importações originadas do Vietnã. No primeiro ano do acordo, o país eliminou as tarifas de um adicional de 76,3% dos códigos tarifários, cerca de 68,9% do comércio bilateral. A Coreia do Sul ainda se comprometeu em reduzir as tarifas de 6,2% de seus códigos tarifários (6,17% das importações do Vietnã) entre 2010 e 2016.

No caso do Vietnã, antes da entrada em vigência do acordo, cerca de 32,6% das linhas tarifárias eram *duty free*, o que representou 43,1% de suas importações da Coreia durante o período de 2007-09. Um adicional de 0,6% das linhas foi totalmente liberalizado em 2010, cerca de 1,1% das importações bilaterais. Em seguida, o país eliminou as tarifas de 13,9% e 37,8% das linhas tarifárias, respectivamente em 2015 e 2016, que representaram 12,6% e 26,1% do volume de comércio. O Vietnã também reduziu, mas não eliminou totalmente, as tarifas de 260 códigos tarifários em 2017 (1,67% do comércio) e 698 em 2018 (12% do comércio).

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC. Em 2015, foi assinado o 3º Protocolo no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica Abrangente, que incluiu compromissos de facilitação de comércio ao acordo, como soluções antecipadas, transparência, procedimentos aduaneiros e pontos focais.

O Acordo de Serviços contém compromissos de acesso a mercados e tratamento nacional para todos os modos de prestação de serviços, inscritos em uma abordagem de lista positiva. O acordo contém, ainda, dispositivos de proteção de investimentos, nação mais favorecida e tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos, além de mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado.

3.5.6 ASEAN - Austrália - Nova Zelândia⁴⁵

O acordo entre ASEAN, Austrália e Nova Zelândia foi assinado em 27 de fevereiro de 2009. O acordo conta ao todo com 18 capítulos, com compromissos em barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, comércio de serviços (com anexos de serviços financeiros e telecomunicações), investimentos, movimento temporário de pessoas físicas, comércio eletrônico, concorrência, propriedade intelectual, meio-ambiente e trabalho e cooperação econômica.

O acordo entrou em vigência em 1º de janeiro de 2010 para Austrália, Nova Zelândia e Vietnã. O acordo estará totalmente implementado em 2020 para Austrália e Nova Zelândia e em 2022 para o Vietnã. Para Austrália e Nova Zelândia, todo o comércio com o Vietnã estará isento de imposto de importação ao final do período de

⁴⁴ Factual Presentation - WT/COMTD/RTA13/1 WT/REG287/3

⁴⁵ Factual Presentation - WT/REG284/1/Rev.1 - WTO

desgravação. No caso do Vietnã, ao final do período completo de liberalização, o país terá desgravado 91,8% de suas linhas tarifárias, cerca de 94,8% do comércio bilateral com a Austrália e 98% do comércio com a Nova Zelândia.

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias há compromissos de notificações e consultas entre as partes, além de obrigação de apreciação positiva para equivalência de regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade da outra parte.

Nos capítulos relacionados a comércio de serviços e investimentos, há compromissos de nação mais favorecida e tratamento nacional e acesso a mercados, inscritos em uma abordagem de lista positiva. Além de os compromissos inscritos pelas partes do acordo já refletirem uma ambição maior que as suas respectivas inscrições no âmbito do GATS, há compromisso de realização de rodadas negociadoras após a entrada em vigor do acordo, com vistas à maior liberalização do comércio de serviços entre as partes. O Vietnã, especificamente, fez compromissos mais ambiciosos que os consolidados na OMC na área de serviços profissionais e serviços educacionais. O acordo contém, ainda, dispositivos de proteção de investimentos e tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos, além de mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado.

Na área de propriedade intelectual, o acordo reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC.

3.5.7 ASEAN – Índia⁴⁶

O acordo de livre comércio entre ASEAN e Índia foi assinado em agosto de 2009 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2010 para a Índia e em 1º de junho para o Vietnã. No comércio de bens, as partes se comprometeram a estabelecer uma área de livre comércio ASEAN-Índia entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013 para Índia e entre janeiro de 2010 até dezembro de 2018 para o Vietnã.

A desgravação tarifária no âmbito do acordo ocorre pelas faixas “normal” (*normal track 1 and 2*), com desgravação total; pela faixa “sensível” (*sensitive track*), com desgravação parcial e total em período mais lento, com prazos de desgravação e números de linhas tarifárias distintos entre os países; pela lista de “altamente sensíveis” (*highly sensitive lists*); e por intermédio dos produtos classificados como “especiais” (*special products*).

Em relação aos compromissos do Vietnã em relação à Índia, para as 9.186 linhas tarifárias em 10 dígitos do SH vietnamita, cerca de 5.465 linhas tarifárias (59,5%) se tornarão *duty free* até o final de 2018 (faixa normal 1) e aproximadamente 789 linhas tarifárias adicionais (8,6%) se até o final de 2021 (faixa normal 2). Com relação às demais faixas e listas presentes no acordo, observou-se que a faixa sensível representa 7% das linhas tarifárias do Vietnã (\cong 643 linhas tarifárias), a lista de produtos altamente sensíveis 5,8%, cerca de 532 linhas, e a lista de exclusão 19,1% (\cong 1.754 linhas tarifárias). No caso da Índia, a faixa normal 1 é composta de 70,2% das linhas tarifárias, a faixa normal 2 de 9,2% do total, as faixas sensíveis e altamente sensíveis, de respectivamente 11,2% e

⁴⁶ Factual Presentation - WT/COMTD/RTA/8/1 -WTO e <https://commerce.gov.in/PageContent.aspx?Id=45>

0,1% e o restante, cerca de 9,36% dos códigos tarifários, permanecerão excluídos do acordo.⁴⁷

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo contém dispositivos de transparência e reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC. Em 2014, foram assinados os acordos de serviços e de investimentos⁴⁸, no âmbito do *Framework Agreement on Comprehensive Economic Cooperation* entre ASEAN e Índia. Em serviços, o acordo contém compromissos de acesso a mercados e tratamento nacional para todos os modos de prestação de serviços. O acordo segue uma abordagem de lista positiva e Índia e Vietnã inscreveram compromissos além dos já consolidados no âmbito do GATS. Em investimentos, o acordo contém dispositivos de liberalização, proteção e promoção de investimentos, tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos e mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado.

3.5.8 Vietnã - Chile⁴⁹

O Acordo de Livre Comércio entre Vietnã e Chile foi assinado em novembro de 2011 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2014. O acordo estará totalmente implementado em 1º de janeiro de 2029. Esse acordo coexistirá com o CPTPP, dos quais ambos países fazem parte, cabendo ao importador/exportador optar pelo acordo que fornecer melhor tratamento.

Como acordo, o Chile terá desgravado 99,2% de suas linhas tarifárias e 100% do comércio originado do Vietnã. Por sua vez, o país asiático terá eliminado as tarifas de 89,2% das linhas e 95,3% do comércio com o Chile.

Os dispositivos do acordo relacionados a salvaguardas reafirmam os compromissos da OMC, além de prever a existência de salvaguardas bilaterais específicas para o acordo por período de tempo determinado.

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo contém dispositivos de transparência e reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC. O acordo contém, ainda, o reconhecimento de indicações geográficas entre as partes e a proibição de subsídios agrícolas à exportação.

3.5.9 Vietnã – União Econômica Eurasiática⁵⁰

O acordo de livre comércio entre Vietnã e UEE foi assinado em 29 de maio de 2015 e entrou em vigência em 5 de outubro de 2016. A implementação completa do acordo está prevista para ocorrer em 1º de janeiro de 2027.

⁴⁷ *Questions and replies regarding the Free Trade Agreement between the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) and India (GOODS) - WT/COMTD/RTA/8/2 - WTO*

⁴⁸ *WTO Factual Presentation - WT/REG372/1*

⁴⁹ *Factual Presentation - WT/REG365/1 e*

<https://www.mof.gov.vn/webcenter/portal/mof/r/lvtc/htqt/hnhtc/ftas/vcfta/vcftagtc>

⁵⁰ *Factual Presentation - WT/REG385/1 -WTO e*

<https://rtais.wto.org/rtadocs/973/TOA/English/FTA%20text.docx>

Ao final desse período, a Armênia terá eliminado o imposto de importação de 10.176 linhas tarifárias (87,6% do total de linhas), correspondentes a 91,7% das importações provenientes do Vietnã; Rússia e Bielorrússia 10.016 das linhas tarifárias (86,3%), correspondendo a 89,1% das importações da Rússia e 77,5% das importações da Bielorrússia, ambas originadas do Vietnã; Cazaquistão, 10.011 linhas tarifárias (86,2%), correspondentes a 96% da cobertura de comércio bilateral; e Quirguistão, 10.054 linhas (86,6%) , cerca de 96% da cobertura de comércio. Pelo lado vietnamita, até 2027, 8.952 linhas tarifárias (94,5% do total de linhas), correspondentes a 100% da cobertura de comércio, estarão isentas de imposto de importação.

No tocante às cotas tarifárias, o Vietnã concede aos países membros da UEE um contingente para a importação de ovos separadamente de sua cota no âmbito da OMC. Desde 2018, uma cota de 8.000 dúzias por ano, com tarifa de 0% intra-cota, permanece em vigor. O Vietnã também acordou uma cota tarifária sobre tabaco não manufaturado e refugo de tabaco respeitando seus compromissos internacionais, bem como sua legislação nacional que versa sobre esses produtos⁵¹. Pelo lado da UEE, acordou-se uma cota de 10 mil toneladas de arroz vietnamita com tarifa intra-cota de 0%.

Os dispositivos do acordo relacionados a salvaguardas reafirmam os compromissos da OMC, além de prever a existência de salvaguardas bilaterais para o acordo. As salvaguardas bilaterais podem tomar a forma de salvaguardas específicas por período de tempo determinado, salvaguardas específicas para o setor têxtil e outros tipos especiais de salvaguardas para produtos específicos listados no acordo, como sapatos, têxteis e móveis de madeira.

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo contém dispositivos de transparência e reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC.

Os dispositivos do acordo relacionados a serviços e investimentos aplicam-se apenas entre Vietnã e Rússia. No comércio de serviços, há compromissos de acesso a mercados, tratamento nacional e nação mais favorecida inscritos em uma abordagem de lista positiva. Tanto Rússia quanto Vietnã realizaram compromissos mais robustos que os consolidados no âmbito do GATS, especialmente na área de serviços profissionais. Com relação a investimentos, o acordo contém dispositivos de liberalização inscritos em lista negativa, proteção e promoção de investimentos, nação mais favorecida, tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos estrangeiros e solução de controvérsias investidor-Estado.

O acordo conta, ainda, com dispositivos de propriedade intelectual, cooperação em compras governamentais, concorrência, meio-ambiente e trabalho, comércio eletrônico e cooperação na área de MPMEs.

⁵¹ Cota de 500 toneladas por ano com tarifa intra-cota inicial de 10% ou 5%, a depender do produto, na entrada em vigor do acordo e tarifa intra-cota final de 3% de 2019 em diante.

3.5.10 Vietnã - Coreia do Sul⁵²

O acordo de livre comércio entre Vietnã e Coreia do Sul foi assinado em 5 de maio de 2015 e entrou em vigência em 2 de março de 2016. O acordo estará totalmente implementado em 1º de janeiro de 2029.

Ao final do período de desgravamento, a Coreia do Sul terá eliminado as tarifas de 95,3% das linhas tarifárias e 94,9% do comércio com o Vietnã, que por sua vez, liberalizará cerca de 89% das linhas e 92,6% do volume de comércio bilateral.

Os dispositivos do acordo relacionados a salvaguardas reafirmam os compromissos da OMC, além de prever a exclusão dos parceiros de salvaguardas globais aplicadas e a existência de salvaguardas bilaterais específicas para o acordo por período de tempo determinado. Ademais, o acordo prevê regras mais estritas para a aplicação de medidas antidumping entre as partes.

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo contém dispositivos de transparência e reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC.

No comércio de serviços, o acordo contém compromissos de acesso a mercados, tratamento nacional e nação mais favorecida, inscritos em uma abordagem de lista positiva. Tanto Coreia do Sul quanto Vietnã realizaram compromissos mais robustos que os consolidados no âmbito do GATS, especialmente na área de serviços profissionais. Dispositivos específicos de comércio eletrônico prevêem a não cobrança de direitos aduaneiros sobre produtos digitais transmitidos eletronicamente e a possibilidade de cobrança de impostos internos para produtos digitais.

Com relação a investimentos, o acordo contém dispositivos de liberalização, proteção e promoção de investimentos, nação mais favorecida, tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos e solução de controvérsias investidor-Estado.

O acordo conta, ainda, com dispositivos de propriedade intelectual, concorrência e cooperação na área de MPMEs.

3.5.11 CPTPP⁵³

O CPTPP foi assinado por 11 países-membros - Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Peru, Nova Zelândia, Singapura e Vietnã - em março de 2018. O acordo entrou em vigência em dezembro do mesmo ano para Austrália, Canadá, Japão, México e Nova Zelândia e em janeiro de 2019 para o Vietnã.

O acordo incorpora, por referência, todas as disposições do acordo *Trans-Pacific Partnership* (TPP), exceto aquelas explicitamente identificadas para suspensão. Isso significa que todos os capítulos contidos no TPP fazem parte do CPTPP. Além de suspender certas seções do TPP, o CPTPP também contém disposições exclusivas, como sua administração e regras relativas à sua adesão.

⁵² WTO Factual Presentation - WT/REG371/1 e <http://rtais.wto.org/UI/PublicShowRTAIDCard.aspx?rtaid=709&lang=1&redirect=1>

⁵³ WTO Factual Presentation – WT/REG395/1 e <http://rtais.wto.org/UI/PublicShowMemberRTAIDCard.aspx?rtaid=640>

Áreas abrangidas pelo acordo: Bens; Serviços, incluindo comércio eletrônico; SPS; TBT; Investimentos; Propriedade Intelectual; Compras Governamentais; Regras de Origem; Facilitação de Comércio; Defesa Comercial; Concorrência; Empresas Públicas; Trabalho; Meio Ambiente; Cooperação; Pequenas e Médias Empresas; Coerência Regulatória; e Solução de Controvérsias.

O acordo prevê ampla eliminação das tarifas em todos os setores e cada membro estabeleceu seu próprio calendário de desgravação tarifária. Após sua total implementação, 99% das linhas tarifárias⁵⁴ entre os membros do bloco estarão isentas de tarifas. Há ainda o compromisso em eliminar 100% das tarifas do setor industrial⁵⁵.

A oferta de bens do Vietnã prevê a desgravação tarifária nos seguintes formatos: i) desgravação imediata na entrada em vigência do acordo; ii) desgravação linear em períodos que variam entre 2 e 16 anos; iii) desgravação não-linear em até 10 anos; e iv) oferta por meio cotas tarifárias (veículos usados e alguns produtos de tabaco). Em algumas cestas, a desgravação é iniciada após período de carência, que pode chegar até 20 anos.

Os dispositivos do acordo relacionados a salvaguardas reafirmam os compromissos da OMC, além de prever a exclusão dos parceiros de salvaguardas globais aplicadas e a existência de salvaguardas bilaterais específicas para o acordo por período de tempo determinado. Ademais, o acordo prevê salvaguardas especiais para têxteis e agricultura e outras salvaguardas especiais. Para medidas antidumping e compensatórias, o acordo reafirma os compromissos da OMC, e exclui a aplicabilidade do mecanismo de solução de controvérsias ao capítulo.

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias, o acordo contém dispositivos de transparência e reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC. Ademais, o capítulo de barreiras técnicas prevê a harmonização de determinadas medidas a nível bilateral ou regional. O mecanismo de solução de controvérsias não é aplicável aos capítulos TBT e SPS.

No comércio de serviços, o acordo contém compromissos de acesso a mercados, tratamento nacional e nação mais favorecida, inscritos em uma abordagem de lista negativa com cláusula *ratchet*⁵⁶. O Vietnã realizou compromissos em 90% dos 55 subsetores de serviços previstos na nomenclatura da OMC. Desses compromissos, 88% foram mais robustos ou vão além dos já realizados pelo país no âmbito do GATS. Destacam-se, por exemplo, compromissos do país em Serviços de Transportes, de Distribuição e Educacionais. Dispositivos específicos de comércio eletrônico prevêem a não cobrança de direitos aduaneiros sobre produtos digitais transmitidos

⁵⁴ https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cptpp-ptpgp/tariff-elimination-droits_de_douane.aspx?lang=eng

⁵⁵ <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cptpp-ptpgp/sectors-secteurs/industrial-industriels.aspx?lang=eng>

⁵⁶ A cláusula *ratchet*, ou cremalheira em português, implica que o país consolida o marco regulatório aplicável prevalecente não só no momento da entrada em vigor do acordo, como também no momento imediatamente anterior à modificação de uma medida. Dessa forma, se após a entrada em vigor do acordo o marco regulatório aplicável passa por uma medida de liberalização, esse passa a ser o novo “piso regulatório” do país, de maneira que não é possível regressar ao marco regulatório vigente anteriormente. A alusão à cremalheira se dá pois o movimento é possível em apenas uma direção, sendo travado a cada momento.

eletronicamente e a possibilidade de cobrança de impostos internos para produtos digitais.

Com relação a investimentos, o acordo contém dispositivos de liberalização, proteção e promoção de investimentos, nação mais favorecida, tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos e solução de controvérsias investidor-Estado.

Com relação a meio ambiente, os países concordam em não renunciar ou de outra forma derrogar suas leis ambientais para estimular o comércio ou investimento entre eles. Ademais, há reconhecimento de acordos multilaterais de meio ambiente, e compromissos relacionados à proteção da camada de ozônio e prevenção da poluição marinha. O capítulo de trabalho contém obrigações de implementação de acordos internacionais da OIT. Ambos capítulos contém o incentivo a adoção de responsabilidade social e corporativa por parte de empresas.

Na área de propriedade intelectual, o capítulo contém compromissos mais robustos que em TRIPS, com dispositivos de proteção de dados de testes clínicos e extensão do termo da patente.

O capítulo de compras governamentais contém dispositivos de transparência e de regras procedimentais em linha com o GPA da OMC. O acordo conta, ainda, com dispositivos de propriedade intelectual, concorrência e cooperação na área de MPMEs.

3.5.12 Cuba⁵⁷

O Acordo de Comércio Vietnã Cuba foi assinado em novembro de 2018 e entrou em vigência em abril de 2020, substituindo o acordo anterior de 1996. Sob o Acordo, o Vietnã eliminará as tarifas de quase todos os bens originados de Cuba (475 linhas no total) em um período de 4 anos.

Na entrada em vigência, Vietnã reduzirá a zero as tarifas de 431 linhas tarifárias, e durante o período e transição, as tarifas de cigarros e charutos serão reduzidos para 70%, álcool e bebidas alcoólicas para 20% e açúcar e tabaco não processado dentro dos limites da cota da OMC para 15% (alíquotas dentro da cota).

O Acordo também abrange, inter alia, gestão aduaneira e facilitação do comércio, defesa comercial, normas, regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação de conformidade, higiene alimentar e medidas de segurança, quarentena de plantas e animais e cooperação econômica e comercial.

3.5.13 ASEAN- Hong Kong (China)

O Acordo de Livre Comércio entre ASEAN e Hong Kong foi assinado em março de 2018 e entrou em vigor em 11 de junho de 2019 para Honk Kong e Vietnã. Com o Acordo, Hong Kong concederá tratamento *duty free* a todos os produtos originados de algum membro da ASEAN. Por sua vez, o Vietnã eliminará as tarifas de importação de

⁵⁷ WTO Trade Policy Review Vietna (2020) - WT/TPR/S/410

cerca de 75% de suas linhas tarifárias e reduzirá as tarifas de um adicional de 10% de suas linhas em um período de até 14 anos⁵⁸.

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo contém dispositivos de transparéncia e reafirma os compromissos já existentes no âmbito da OMC.

No comércio de serviços, o acordo contém compromissos de acesso a mercados, tratamento nacional e nação mais favorecida. Os compromissos são inscritos em uma abordagem de lista positiva, e vão além dos já estabelecidos no âmbito da OMC⁵⁹. Com relação a investimentos, o acordo contém dispositivos de liberalização, proteção e promoção de investimentos, nação mais favorecida, e tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos.

3.5.14 Vietnã - União Europeia⁶⁰

O Acordo de Livre Comércio entre o Vietnã e a UE foi assinado em 30 de junho de 2019 e entrou em vigência em 1º de agosto de 2020. De acordo com a Comissão Europeia, o acordo eliminará 99% de todas as tarifas entre as regiões e removerá parcialmente o restante por meio cotas tarifárias sem tarifas intra-cotas.

Assim que o acordo entrou em vigor, 65% das exportações da UE para o Vietnã se tornaram *duty free*, e produtos considerados mais sensíveis para o Vietnã, como automóveis, produtos farmacêuticos, vinhos, carne de frango, carne suína e outros serão liberalizados gradualmente ao longo de 10 anos. O Vietnã poderá manter algumas cotas atualmente existentes em âmbito OMC, como ovos, açúcar refinado, tabaco não manufaturado e sal, mediante o compromisso de eliminar as tarifas intra-cotas desses produtos em um período de 10 anos.

No que diz respeito às exportações vietnamitas para a UE, 71% das tarifas de importação serão eliminadas na entrada em vigor do acordo e 28% adicionais serão eliminadas gradualmente ao longo de sete anos, totalizando uma abertura de 99%. Para um número limitado de produtos dos setores agrícola e pesqueiro, como arroz, milho doce, alho, cogumelos, ovos, açúcar e outros, a UE concederá tratamento preferencial por meio de cotas tarifárias. O sistema de preços de entrada (*Entry Price System*) continuará a ser aplicado a frutas e legumes.

Os dispositivos do acordo relacionados a salvaguardas reafirmam os compromissos da OMC, além de prever a exclusão dos parceiros de salvaguardas globais aplicadas e a existência de salvaguardas bilaterais específicas para o acordo por período de tempo determinado.

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo prevê maior adoção de padrões internacionais na formulação da regulamentação doméstica, harmonização de medidas TBT no setor automotivo, além de conter dispositivos de transparéncia e reafirmar os compromissos já existentes no âmbito da OMC.

⁵⁸ <https://www.tid.gov.hk/english/ita/fta/hkasean/index.html>

⁵⁹ Informações obtidas em: https://www.tid.gov.hk/english/ita/fta/hkasean/files/AHKFTA_KeyFeatures.pdf

⁶⁰ Informações obtidas do *Directorate General for Trade of the European Commission*, no sítio eletrônico: <https://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1922> e no sítio eletrônico de acordos regionais da OMC: <http://rtais.wto.org/UI/PublicShowRTAIDCard.aspx?rtaid=872&lang=1&redirect=1>

No comércio de serviços, o acordo contém compromissos de acesso a mercados, tratamento nacional e nação mais favorecida, inscritos em uma abordagem de lista positiva com cláusula *ratchet* para compromissos específicos. Tanto União Europeia quanto Vietnã realizaram compromissos mais robustos que os consolidados no âmbito do GATS. Dispositivos específicos relacionados a comércio eletrônico prevêem a não cobrança de direitos aduaneiros sobre produtos digitais transmitidos eletronicamente. Com relação a investimentos, o acordo contém dispositivos de liberalização de investimentos, nação mais favorecida e tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos.

Na área de propriedade intelectual, União Europeia e Vietnã realizaram compromissos mais robustos que em TRIPS, com dispositivos de proteção de dados de testes clínicos e extensão do termo da patente. Ademais, há reconhecimento mútuo de indicações geográficas entre as partes.

O capítulo de compras governamentais contém dispositivos de transparência e de regras procedimentais em linha com o GPA da OMC, e União Europeia e Vietnã realizaram compromissos de abertura dos seus mercados de compras governamentais.

O capítulo de meio ambiente e trabalho contém obrigações de implementação de acordos internacionais da OIT e de acordos relacionados ao meio-ambiente, como o Acordo de Paris. O acordo conta, ainda, com dispositivos relacionados a empresas estatais e transparência na área MPMEs.

3.5.15 RCEP⁶¹

A Parceria Regional Econômica Abrangente é um acordo que visa expandir e aprofundar os compromissos da ASEAN com Austrália, China, Coreia do Sul, Japão e Nova Zelândia. O acordo foi assinado em 15 de novembro de 2020, em Jacarta, e a ratificação para a entrada em vigor do Acordo ocorrerá quando pelo menos seis Estados Membros da ASEAN e três signatários não-ASEAN depositarem seus instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação junto ao Depositário do Acordo.

O Acordo possui vinte capítulos, dezessete anexos e 54 listas de compromissos, relacionados ao comércio de bens, comércio de serviços, investimentos, movimento temporário de pessoas físicas, regras de origem, procedimentos aduaneiros e facilitação do comércio, medidas judiciais comerciais, propriedade intelectual, concorrência, compras governamentais e disposições institucionais.

No comércio de bens, cada país apresentou ofertas distintas para os demais membros do acordo. No caso do Vietnã, foram apresentadas seis ofertas: para ASEAN, Austrália, China, Coreia do Sul, Japão e Nova Zelândia. A desgravação tarifária vienamita, total ou parcial, se dará em um período de até 25 anos. O país manteve sua cotas existentes em âmbito OMC para ovos de ave (SH 0407), açúcar de cana ou beterraba, no estado sólido (SH 1701) e tabaco não manufaturado (SH 2401).

⁶¹ Informações obtidas da página oficial do RCEP (<https://rcepsec.org/>)

3.5.16 Vietnã- Reino Unido⁶²

O Acordo de Livre Comércio entre o Reino Unido e o Vietnã foi assinado em 29 de dezembro de 2020 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2021. De acordo com o governo do Reino Unido⁶³, este Acordo tentou replicar, sempre que possível, os termos do acordo entre União Europeia e Vietnã (EVFTA), assinado em junho de 2019. Em algumas partes foram aplicadas soluções personalizadas para garantir a continuidade do efeito em um contexto bilateral.

Os capítulos sobre bens estabelecem o tratamento e o nível de acesso ao mercado interno concedido aos bens das respectivas partes. Essas disposições incluem o estabelecimento de níveis tarifários e cotas para vários produtos, o estabelecimento de salvaguardas agrícolas e a determinação das regras de origem para as mercadorias qualificadas para tratamento preferencial. Os compromissos sobre tarifas para o Reino Unido e o Vietnã, foram replicados sem alterações. Isso significa que as preferências tarifárias aplicadas pelo Reino Unido aos produtos do Vietnã permanecerão iguais às aplicadas pela UE na data em que o Reino Unido deixar de estar vinculado ao EVFTA e, da mesma forma, o Vietnã continuará a aplicar as mesmas preferências aos produtos do Reino Unido que se aplica a produtos da UE. A única exceção aos compromissos tarifários diz respeito ao tamanho das cotas tarifárias, que foram redimensionados para lidar com o fato de que o Reino Unido não será mais um membro da UE.

Os dispositivos do acordo relacionados a salvaguardas reafirmam os compromissos da OMC, além de prever a exclusão dos parceiros de salvaguardas globais aplicadas e a existência de salvaguardas bilaterais específicas para o acordo por período de tempo determinado.

Na área de barreiras técnicas e sanitárias e fitossanitárias o acordo prevê maior adoção de padrões internacionais na formulação da regulamentação doméstica, a harmonização de determinadas medidas TBT a nível bilateral, além de conter dispositivos de transparência e reafirmar os compromissos já existentes no âmbito da OMC.

No comércio de serviços, o acordo contém compromissos de acesso a mercados, tratamento nacional e nação mais favorecida, inscritos em uma abordagem de lista positiva com cláusula *ratchet* para compromissos específicos. Tanto Reino Unido quanto Vietnã realizaram compromissos mais robustos que os consolidados no âmbito do GATS. Dispositivos específicos relacionados a comércio eletrônico prevêem a não cobrança de direitos aduaneiros sobre produtos digitais transmitidos eletronicamente. Com relação a investimentos, o acordo contém dispositivos de liberalização de investimentos, nação mais favorecida e tratamento nacional para o estabelecimento de investimentos.

O acordo conta, ainda, com dispositivos relacionados a meio ambiente, trabalho e transparência na área MPMEs.

⁶² Informações obtidas em:

<http://rtais.wto.org/UI/PublicShowMemberRTAIDCard.aspx?rtaid=1130>

⁶³ *Continuing the United Kingdom's Trade Relationship with the Socialist Republic of Vietnam – United Kingdom Department for International Trade (January 2021).*



4 Simulações de Impacto



A simulação realizada neste documento utiliza o modelo de equilíbrio geral computável de dinâmica recursiva GTAP-RD (O **Box. 1** apresenta mais informações sobre o modelo).

O cenário base é construído projetando os dados de PIB, população e força de trabalho para o período em questão, além de fixar a razão da balança comercial em relação ao PIB. A análise considera o período de 2014 (ano de referência da base de dados) a 2040, apesar de o comparativo entre o cenário base e o cenário de política ocorrer a partir de 2021 (ano do primeiro choque). Os dados observados de PIB são obtidos do FMI e os dados de população e de força de trabalho são obtidos da base EconMap desenvolvida pela CEPII. Já os dados futuros para PIB até 2021 são obtidos do FMI e as demais previsões para PIB, população e forma de trabalho são obtidas no CEPII. Além disso, um cenário de política é considerado para avaliar os possíveis impactos de um acordo comercial entre o Mercosul e o Vietnã.

Quanto aos dados, utiliza-se a base de dados do GTAP versão 10, a qual tem como referência o ano de 2014 e compreende 141 regiões e 65 setores. Para o exercício deste estudo, as regiões foram agregadas em Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Vietnã, União Europeia (já excluindo o Reino Unido), Estados Unidos, China e Resto do Mundo. Em relação aos setores, foram mantidos os 65 setores.

É importante ressaltar que as análises quantitativas indicam os possíveis impactos que determinada política pode causar, apoiando-se em hipóteses para que o modelo possa ser funcional (ver **Box. 1**). Dessa forma, elas devem ser consideradas como um elemento adicional no processo de tomada de decisão e precisam ser analisadas conjuntamente com outros aspectos qualitativos relevantes para o tomador de decisão.

4.1 Cenários

O cenário definido para a simulação considera uma desgravação tarifária de 100% entre Mercosul e Vietnã. O cronograma assumido é horizontal, se inicia em 2021 e a última desgravação ocorre em 2030.

Adicionalmente, foram incorporados choques de reduções das barreiras não tarifárias entre os países do Mercosul e o Vietnã. Para isso, são usados os equivalentes *ad valorem* das barreiras não tarifárias extraídas, para bens, do Banco Mundial⁶⁴ e, para serviços, do CEPII⁶⁵. Simulou-se uma redução do equivalente *ad valorem* das barreiras não tarifárias de 30% nos setores de bens e de 15% nos setores

⁶⁴ Disponível em:

[https://datacatalog.worldbank.org/dataset/ad-valorem-equivalent-non-tariff-measures#:~:text=Trade-The%20ad%valorem%20equivalent%20\(AVE\)%20of%20non%2Dtariff%20measures,of%20NTMs%20has%20on%20imports](https://datacatalog.worldbank.org/dataset/ad-valorem-equivalent-non-tariff-measures#:~:text=Trade-The%20ad%valorem%20equivalent%20(AVE)%20of%20non%2Dtariff%20measures,of%20NTMs%20has%20on%20imports), acesso em 9 de junho de 2021.

⁶⁵ Disponível em: http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/presentation.asp?id=33, acesso em 9 de junho de 2021.

Box. 1 Sobre o modelo de equilíbrio geral computável

As avaliações *ex ante* de impactos de acordos comerciais são comumente realizadas a partir de simulações baseadas em modelos de equilíbrio geral computávelⁱ. Esta abordagem permite, a partir dos dados que mapeiam as relações entre os diversos agentes econômicos, realizar experimentos de alterações da política comercial dos países e estimar os seus potenciais impactos em diversas variáveis, como PIB, investimento, exportações e importações totais, além de variáveis setoriais.

Este trabalho realiza as simulação com base em um modelo de equilíbrio geral de dinâmica recursiva, o GTAP-RD, apresentado em Aguiar et al. (2019)ⁱⁱ. O modelo segue uma lógica de fluxo de circular de renda. A produção gera renda que é direcionada para pagamento dos fatores de produção que, por sua vez, são direcionadas para uma conta regional. A renda regional será distribuída entre dispêndio privado, dispêndio do governo e poupança. Esta última conta é convertida em investimento. As demandas intermediárias e finais formam a demanda total pela produção das firmas de todas as regiões.

O GTAP-RD estende o modelo estático GTAP-v7 desenvolvido por Corong et al (2017)ⁱⁱⁱ ao incluir dinâmica no modelo. É preciso realizar um conjunto de suposições para que o modelo possa ser funcional. No modelo em questão, assume-se emprego total dos fatores de produção, livre mobilidade entre os setores dos fatores trabalho e capital, diferenciação dos produtos por origem (estrutura de Armington) e firmas tomadoras de preços com retornos constantes de escala^{iv}. Nilson (2018)^v realiza uma discussão abrangente sobre os usos dessa classe de modelos destacando as suas vantagens e limitações.

Nas análises realizadas, torna-se necessário definir um cenário base para o modelo. Este é utilizado na comparação com o cenário de política, que é o cenário o qual incorpora a política comercial que está sendo avaliada. O cenário base é construído projetando os dados de PIB, população e força de trabalho para o período em análise. Por exemplo, se o resultado para a diferença do PIB em 2040 entre os cenários for de 0,5%, estima-se que o PIB do Brasil seria 0,5% maior do que o valor observado no cenário base. Assim, um valor negativo não necessariamente significa que a taxa de crescimento do PIB naquele ano será negativa, mas sim que a taxa de crescimento acumulada seria menor em relação ao cenário base.

ⁱ Ver Dixon (2006) para uma discussão sobre os usos de modelo equilíbrio geral computável nas decisões de políticas comerciais. Dixon, P. (2006), Evidence-based Trade Policy Decision Making in Australia and the Development of Computable General Equilibrium Modelling, Australia: Centre of Policy Studies, Monash University.

ⁱⁱ Aguiar, A. Corong, E.; van der Mensbrughe, D. (2019). The GTAP Recursive Dynamic (GTAP-RD) Model: Version 1.0. Disponível em: <https://mygeohub.org/groups/gtap/dynamic-docs>.

ⁱⁱⁱ Corong, E.; Hertel, T.; McDougall, R.; Tsigas, M.; van der Mensbrughe, D. (2017). "The Standard GTAP Model, Version 7". Journal of Global Economic Analysis, Volume 2, N. 1, pag. 1-119.

^{iv} Note que modelos que incorporam competição imperfeitas tendem a encontrar ganhos ainda maiores do que aqueles encontrados em modelos de competição perfeita. Ver, por exemplo, Balistreri e Rutherford (2013). BALISTRERI, E.; RUTHERFORD, T. Computing General Equilibrium Theories of Monopolistic Competition and Heterogeneous Firms. Handbook of Computable General Equilibrium Modeling SET, Vols. 1A and 1B, p. 1513-1570, 2013.

^v NILSSON, L. (2018). "Reflections on the Economic Modelling of Free Trade Agreements". Journal of Global Economic Analysis, Volume 3, N. 1, pag. 156-186.

de serviços⁶⁶. A magnitude dos choques definidos para as barreiras não tarifárias de bens e de serviços é similar à magnitude definida em outros trabalhos como, por exemplo, o estudo do Departamento de Comércio Internacional do Reino Unido sobre os impactos de um acordo comercial entre o Reino Unido e os Estados Unidos (*Great Britain. Department for International Trade, 2020*⁶⁷).

Por fim, incluem-se ganhos de produtividade para a indústria de transformação gerados a partir do aumento da demanda de insumos importados, conforme a estimativa de Halpern, Koren e Szeidl (2015)⁶⁸. Considera-se que cada elevação de um ponto percentual na fração de insumos importados utilizada por uma firma na produção, a sua produtividade aumenta em 0,24 ponto percentual.

4.2 Resultados

Como mencionado no **Box. 1**, os resultados apresentados nesta seção são, em regra, desvios percentuais relativos ao cenário sem acordo comercial no ano de 2040. Em outras palavras, partindo do ano inicial da base de dados, é possível calcular os valores das variáveis no último ano da série, tanto para o cenário base quanto para o cenário de política, aplicando as variações anuais calculadas pelo modelo. Tais valores são, então, usados para calcular o desvio percentual entre os dois cenários.

Na **Tabela 7** encontram-se os resultados para o Brasil das variáveis macroeconômicas. Em virtude da implementação do acordo comercial, os resultados mostram que há impactos positivos sobre todas as variáveis macroeconômicas avaliadas, com exceção dos preços aos consumidores, para os quais espera-se uma variação negativa. O PIB varia em relação ao cenário base 0,006%, enquanto que o investimento seria elevado em 0,034%. Do mesmo modo, tanto as exportações (0,819%) quanto as importações (0,621%) crescem. Já os salários reais se elevariam (0,019%) e os preços aos consumidores seriam reduzidos (-0,235%).

Para colocar esses números em perspectiva, se analisarmos as diferenças entre os valores das variáveis macroeconômicas ano a ano e somarmos tais diferenças para todo o período 2021-2040, estima-se que o acordo poderá representar, em relação ao cenário base, um incremento do PIB brasileiro da ordem de R\$ 15,8 bilhões (**Tabela 8**). Estima-se também um aumento de R\$ 192,8 e de R\$ 149,2 bilhões nas exportações e nas importações totais brasileiras, respectivamente, totalizando um aumento de R\$ 342,0 bilhões na corrente de comércio. Além disso, espera-se um aumento de investimentos no Brasil da ordem de R\$ 14,2 bilhões no total acumulado para o período da análise.

⁶⁶ Por derivarem de estimativas econômétricas, os dados de equivalente *ad valorem* de barreiras não tarifárias podem conter valores inverossímeis em determinadas linhas. Em linhas consideradas *outliers*, portanto, o equivalente *ad valorem* do setor foi substituído pela média dos demais setores do seu grupo de atividade econômica.

⁶⁷ Great Britain. Department for International Trade. (2020). *UK-US Free Trade Agreement*. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/the-uks-approach-to-trade-negotiations-with-the-us>.

⁶⁸ Halpern, L.; Koren, M.; Szeidl, A. (2015). Imported Inputs and Productivity. *American Economic Review*. v. 105, n. 12. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.20150443>.

Tabela 7 - Resultados das simulações para o Brasil – desvio % em relação ao cenário base em 2040

Variável	Cenário de política	em %
PIB	0,006	
Investimento	0,034	
Exportações	0,819	
Importações	0,621	
Preços ao Consumidor	-0,235	
Salário Real	0,019	

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8 - Resultados das simulações para o Brasil – desvio absoluto acumulado entre 2021 e 2040

Variável	Cenário de política	em R\$ bilhões
PIB	15,8	
Investimento	14,2	
Exportações	192,8	
Importações	149,2	
Corrente de comércio	342,0	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: os resultados referem-se às somas das diferenças ano a ano entre 2021 e 2040 das variáveis macroeconômicas no cenário base e no cenário de política.

A **Tabela 9** apresenta os impactos na produção, nas exportações e nas importações por atividade econômica⁶⁹. Observa-se que, em termos de produção, os efeitos não são

⁶⁹ Os setores do GTAP foram agregados em atividades econômicas conforme a seguinte classificação. Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura: Arroz; Trigo; Outros Cereais; Vegetais e Frutas; Sementes Oleaginosas; Cana de Açúcar e Beterraba; Fibras de Plantas; Culturas Agrícolas; Gado, Exceto Suíno; Outros Produtos Animais; Leite; Lã e Seda; Silvicultura; e Pesca. Indústria extrativa: Carvão; Petróleo; Gás Natural; e Minerais Metálicos. Indústria de transformação: Carnes, Exceto de Aves e Suína; Outros Produtos de Carne; Óleos Vegetais; Laticínios; Arroz Processado; Açúcar; Outros Produtos Alimentícios; Bebidas e Produtos do Tabaco; Têxteis; Vestuário; Produtos de Couro e Calçados; Madeira e Derivados; Papel; Produtos de Carvão e Petróleo; Químicos; Farmacêuticos; Borrachas e Plásticos; Minerais Não Metálicos; Ferro e Aço; Metais Não Ferrosos; Produtos de Metal; Equipamentos Eletrônicos; Equipamentos Elétricos; Máquinas e Equipamentos; Veículos Motorizados e Peças; Outros Equipamentos de Transporte; e Outras Manufaturas. Serviços: Eletricidade; Distribuição de Gás; Água; Construção; Comércio; Hotelaria e alimentação; Outros Transportes; Transporte Aquaviário; Transporte Aéreo; Armazenamento; Comunicação; Serviços Financeiros; Seguro; Atividades de estado; Outros Serviços Empresariais; Serviços Empresariais e Imobiliários; Administração Pública e Segurança; Educação; Saúde; e Habitação.

positivos apenas para a indústria de transformação⁷⁰, que sofre redução de 0,035%. Estima-se aumentos de 0,323% para a agricultura; 0,206% para a indústria extrativa; e 0,018% para serviços. As exportações crescem e as importações decrescem para todas as atividades, com exceção das importações de indústria de transformação que são aumentadas.

Tabela 9 - Resultados por atividade econômica – desvio % em relação ao cenário base em 2040

Atividade	Produção	Exportação	Importação	em %
Agricultura	0,323	0,860	-0,069	
Indústria Extrativa	0,206	0,281	-0,074	
Indústria de Transformação	-0,035	1,247	1,003	
Serviços	0,018	0,733	-0,250	

Fonte: Elaboração própria.

A **Tabela 10** apresenta os impactos do acordo no comércio bilateral, tanto de forma agregada quanto por atividade econômica. Sob a ótica brasileira, ambas, exportações e importações totais, apresentam ganhos, embora as exportações cresçam menos do que as importações (30,2% e 198,4% respectivamente). Do mesmo modo, todas as atividades econômicas do Brasil apresentam crescimento das exportações para o Vietnã. Destacam-se as exportações da indústria de transformação, com 57,7%. Em relação às exportações do Vietnã para o Brasil, os ganhos da indústria de transformação também se sobressaem, com aumento de 213,8%, seguidos da elevação de 130,1% na agricultura.

⁷⁰ É digno de nota que dos 27 setores que compõem a indústria de transformação, apenas seis apresentam resultado negativo a nível de produto no cenário de política (**Tabela 11**). É provável que o resultado negativo para a atividade econômica “indústria de transformação” como um todo tenha sido influenciado pelos resultados de 3 setores específicos – Calçados, Têxteis e Vestuário – setores que contam historicamente com alto nível de proteção tarifária no Brasil (para detalhes, ver: Proteção Efetiva no Brasil 2000-2015, IPEA: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2432.pdf). Nesse sentido, os resultados das simulações capturam o efeito e indicam, no longo prazo, uma alocação mais eficiente dos recursos no país.

Tabela 10 - Exportações e importações Bilaterais por Ativ. Econômica – desvio % em relação ao cenário base em 2040

Atividade	em %	
	Exportações do Brasil para o Vietnã	Exportações do Vietnã para o Brasil
Agricultura	20,8	130,1
Indústria Extrativa	7,3	-1,4
Indústria de Transformação	57,7	213,8
Serviços	19,1	15,2
Total	30,2	198,4

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 11 apresenta, por setor da economia, os impactos do acordo comercial em produção, exportações e importações em 2040. Os produtos que teriam sua produção mais impactada positivamente seriam Culturas Agrícolas (1,1%), Outros Produtos de Carne (1,1%), Outros Cereais (1,0%), e Outros Produtos Animais (0,5%). Já os setores que apresentariam as maiores retracções na produção em 2040 em relação ao cenário sem o acordo seriam Produtos de Couro e Calçados (-8,6%), Vestuário (-1,4%), Têxteis (-0,9%), e Equipamentos Elétricos (-0,4%).

Os impactos nas exportações totais são positivos para todos os setores, com exceção do setor habitação. Os setores mais positivamente impactados seriam: Produtos de Couro e Calçados (15,5%), Lã e Seda (8,8%), Equipamentos Eletrônicos (2,7%), e Outros Produtos de Carne (2,6%).

No caso das importações totais por setor, os quatro setores que se destacam positivamente são Produtos de Couro e Calçados (58,6%), Vestuário (10,6%), Têxteis (1,0%), e Outros Produtos Alimentícios (1,0%). Já as maiores quedas ocorrem para Carnes, Exceto de Aves e Suína (-1,7%), Outros Produtos de Carne (-0,7%), Arroz (-0,6%), e Lã e Seda (-0,5%).

Tabela 11 - Produção, exportações e importações por setor – desvio % em relação ao cenário base em 2040

Setor	em %		
	Produção	Exportação	Importação
Arroz	0,164	1,098	-0,573
Trigo	0,315	0,881	-0,240
Outros Cereais	1,024	2,521	0,141

Setor	Produção	Exportação	Importação
Vegetais e Frutas	0,072	1,373	0,251
Sementes Oleaginosas	0,275	0,283	-0,130
Cana de Açúcar e Beterraba	0,244	0,578	-0,027
Fibras de Plantas	0,210	0,692	-0,478
Culturas Agrícolas	1,101	2,104	0,090
Gado, Exceto Suíno	-0,066	0,261	-0,436
Outros Produtos Animais	0,534	0,417	-0,020
Leite	-0,004	1,084	0,321
Lã e Seda	0,526	8,841	-0,548
Silvicultura	0,110	0,941	-0,290
Pesca	0,015	0,386	-0,196
Carvão	0,252	0,375	0,102
Petróleo	0,226	0,570	-0,166
Gás Natural	0,304	0,800	-0,081
Minerais Metálicos	0,184	0,191	0,155
Carnes, Exceto de Aves e Suína	-0,125	1,417	-1,655
Outros Produtos de Carne	1,090	2,589	-0,657
Óleos Vegetais	0,241	0,825	-0,303
Laticínios	0,008	1,176	-0,394
Arroz Processado	0,057	1,063	-0,227
Açúcar	0,277	0,610	-0,235
Outros Produtos Alimentícios	0,033	0,833	0,970
Bebidas e Produtos do Tabaco	0,178	2,454	-0,155
Têxteis	-0,872	1,045	0,987
Vestuário	-1,429	2,059	10,601
Produtos de Couro e Calçados	-8,608	14,998	58,632
Madeira e Derivados	0,148	1,259	0,498
Papel	0,147	0,925	-0,227
Produtos de Carvão e Petróleo	0,079	0,185	0,080

Setor	Produção	Exportação	Importação
Químicos	0,205	0,728	-0,247
Farmacêuticos	0,177	1,061	-0,358
Borrachas e Plásticos	0,021	1,923	0,086
Minerais Não Metálicos	0,055	0,894	0,295
Ferro e Aço	0,214	0,845	-0,008
Metais Não Ferrosos	0,484	1,027	-0,239
Produtos de Metal	0,073	1,145	0,256
Equipamentos Eletrônicos	-0,167	2,685	0,587
Equipamentos Elétricos	-0,390	1,482	0,750
Máquinas e Equipamentos	0,175	1,402	0,080
Veículos Motorizados e Peças	0,136	0,654	-0,122
Outros Equipamentos de Transporte	0,305	1,213	0,011
Outras Manufaturas	0,003	0,745	0,247
Eletricidade	0,069	0,842	-0,238
Distribuição de Gás	0,094	0,617	-0,083
Água	-0,010	1,000	-0,452
Construção	0,033	0,717	-0,324
Comércio	-0,005	0,809	-0,360
Hotelarial e alimentação	-0,008	0,821	-0,359
Outros Transportes	0,037	0,564	-0,301
Transporte Aquaviário	0,243	0,445	-0,179
Transporte Aéreo	0,067	0,433	-0,210
Armazenamento	0,047	0,780	-0,359
Comunicação	0,031	0,818	-0,243
Serviços financeiros	0,018	0,889	-0,323
Seguro	0,020	0,843	-0,234
Atividades de estado	-0,001	0,821	-0,202
Outros serviços empresariais	0,159	0,843	-0,180
Serviços Empresariais e Imobiliários	0,013	0,789	-0,391

Setor	Produção	Exportação	Importação
Administração Pública e segurança	-0,020	0,884	-0,216
Educação	0,006	0,970	-0,343
Saúde	-0,020	0,857	-0,356
Habitação	-0,026	-0,069	-0,069

Fonte: Elaboração própria.

A **Tabela 12** traz os dados referentes ao comércio bilateral entre os países, num corte setorial. Começando pelas exportações brasileiras, os principais destaques são os setores Outros Produtos de Carne (406,3%), Vestuário (311,2%), Borrachas e Plásticos (229,0%), e Culturas Agrícolas (212,2%). O único setor com reduções foi o de Trigo, com retração de 1,0%.

Considerando as importações brasileiras advindas do Vietnã, os maiores impactos positivos são para os setores Vestuário (702,5%), Equipamentos Elétricos (494,7%), Produtos de Couro e Calçados (407,9%), e Outras Manufaturas (343,3%). Diferentemente do caso das exportações brasileiras, 22 setores apresentam queda nas exportações para o Brasil. Desses setores, os que apresentam reduções mais relevantes são Gás Natural (-24,9%), Arroz (-6,6%), Cana de Açúcar e Beterraba (-4,4%), e Açúcar (-3,9%).

Tabela 12 - Exportações e importações bilaterais por setor – desvio % em relação ao cenário base em 2040

em %

Setor	Exportações do Brasil para o Vietnã	Exportações do Vietnã para o Brasil
Arroz	4,184	-6,607
Trigo	-1,020	0,713
Outros Cereais	15,909	-0,716
Vegetais e Frutas	84,961	166,711
Sementes Oleaginosas	0,716	-1,669
Cana de Açúcar e Beterraba	3,051	-4,369
Fibras de Plantas	1,764	-2,963
Culturas Agrícolas	212,208	79,928
Gado, Exceto Suíno	2,203	-2,930
Outros Produtos Animais	4,601	-1,191

Setor	Exportações do Brasil para o Vietnã	Exportações do Vietnã para o Brasil
Leite	2,787	-1,550
Lã e Seda	87,541	0,856
Silvicultura	1,505	2,919
Pesca	1,343	37,057
Carvão	2,387	-2,120
Petróleo	1,602	-0,969
Gás Natural	16,939	-24,942
Minerais Metálicos	7,276	6,411
Carnes, Exceto de Aves e Suína	120,200	1,438
Outros Produtos de Carne	406,341	-3,597
Óleos Vegetais	2,034	-2,525
Laticínios	2,167	-3,112
Arroz Processado	2,811	92,656
Açúcar	2,985	-3,933
Outros Produtos Alimentícios	37,490	59,479
Bebidas e Produtos do Tabaco	118,905	-1,168
Têxteis	137,689	250,847
Vestuário	311,234	702,505
Produtos de Couro e Calçados	104,607	407,929
Madeira e Derivados	4,634	115,258
Papel	4,929	124,693
Produtos de Carvão e Petróleo	1,060	-0,440
Químicos	33,393	89,288
Farmacêuticos	33,962	18,898
Borrachas e Plásticos	228,982	110,214
Minerais Não Metálicos	144,527	83,021
Ferro e Aço	8,887	88,997
Metais Não Ferrosos	108,900	100,363
Produtos de Metal	126,293	166,593

Acordo Mercosul – Vietnã

Setor	Exportações do Brasil para o Vietnã	Exportações do Vietnã para o Brasil
Equipamentos Eletrônicos	43,800	86,084
Equipamentos Elétricos	113,112	494,703
Máquinas e Equipamentos	26,485	164,770
Veículos Motorizados e Peças	130,154	222,871
Outros Equipamentos de Transporte	31,370	265,986
Outras Manufaturas	24,614	343,267
Eletricidade	2,950	-2,918
Distribuição de Gás	3,017	-3,602
Água	3,062	-3,379
Construção	15,238	29,931
Comércio	20,735	19,579
Hotelarial e alimentação	20,445	20,384
Outros Transportes	15,381	15,681
Transporte Aquaviário	19,535	18,721
Transporte Aéreo	15,454	16,310
Armazenamento	17,055	14,793
Comunicação	17,746	26,810
Serviços financeiros	23,519	24,847
Seguro	19,878	22,272
Atividades de estado	19,085	15,697
Outros serviços empresariais	19,001	15,126
Serviços Empresariais e Imobiliários	2,575	-2,899
Administração Pública e segurança	20,704	17,205
Educação	21,264	15,818
Saúde	21,239	16,528
Habitação	3,480	-1,548

Fonte: Elaboração própria.



Conclusão

O objetivo deste estudo de impacto foi de dar maior transparência à sociedade da análise técnica que subsidia a tomada de decisão da Secretaria de Comércio Exterior com relação ao acordo de livre comércio entre Mercosul e Vietnã. A divulgação deste documento está em linha com os esforços recentes de adoção de boas práticas regulatórias no comércio exterior brasileiro, em especial a condução de políticas públicas baseadas em evidências e a transparência com a sociedade.

Foram apresentadas informações econômico-comerciais do Vietnã, com foco na relação com o Brasil, foram analisadas a estrutura tarifária vietnamita, as barreiras não-tarifárias do país ao comércio de bens, as características do ambiente de negócios vietnamita para o comércio de serviços e investimentos e foram abordadas outras informações relevantes obtidas no exame da sua rede de acordos comerciais. Aprofundou-se também a identificação de possíveis efeitos econômicos e de oportunidades advindas desse acordo comercial, com a realização de simulações a partir de modelos de equilíbrio geral computável.

Nos últimos anos, observou-se um rápido crescimento econômico e uma grande inserção internacional da economia vietnamita. O país aumentou sua relevância no comércio internacional, com uma produção industrial cada vez mais integrada às cadeias globais de valor e ao comércio mundial.

A análise da estrutura tarifária vietnamita sugere que as tarifas praticadas pelo país ainda constituem importante barreira ao comércio e impõem obstáculos a alguns setores exportadores brasileiros. Exame mais detalhado dos acordos de livre comércio celebrados pelo Vietnã apontou que, diante dos altos índices de desgravação acordados,

muitas vezes superiores a 90% em termos de linhas tarifárias e volume de comércio, houve disposição para redução significativa dessas barreiras tarifárias.

Ademais, a análise das barreiras não-tarifárias ao comércio de bens indicou que o Vietnã aplica licenciamentos e proibições às importações e às exportações. A existência dessas barreiras prejudica o fluxo comercial entre Brasil e Vietnã ao criar custos adicionais para os operadores de comércio exterior. A negociação de um acordo comercial com o país poderá ter impacto positivo no comércio atual e potencial ao garantir disciplinas que proíbam ou restrinjam o uso dessas práticas por parte do Vietnã.

Foram apresentadas também informações com relação às barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias implementadas pelo Vietnã. Observou-se que Vietnã faz uso de diversas medidas TBT e SPS, criando obstáculos às exportações brasileiras, principalmente de têxteis e vestuário e produtos alimentícios. A negociação de um acordo comercial com o país representa uma oportunidade de se aprimorar o acesso de produtos brasileiros por meio da simplificação e do aumento da transparência de exigências e procedimentos para aprovação da importação de produtos brasileiros e através da remoção de barreiras injustificadas e desnecessárias ao comércio.

A avaliação do ambiente de serviços e investimentos do Vietnã mostrou que, apesar da participação crescente do setor de serviços no PIB do país, o setor carece de reformas estruturais e medidas que aumentem a concorrência externa. A negociação de um acordo comercial com o Vietnã poderá ter impactos positivos ao assegurar a investidores e prestadores de serviços brasileiros compromissos do Vietnã em acesso a mercados e concorrência justa com prestadores de serviços nacionais. Exame mais detalhado dos acordos de livre comércio celebrados pelo Vietnã apontou que, diante dos compromissos realizados pelo país em serviços e investimentos, houve disposição do país para consolidação do marco regulatório vigente e compromissos adicionais de liberalização. Ademais, a interconexão entre bens e serviços significa que os benefícios da liberalização do comércio de serviços no âmbito do acordo comercial poderão ter efeitos positivos indiretos sobre o comércio de bens e vice-versa.

A avaliação sobre outros temas, como boas práticas regulatórias, sugeriu que dispositivos nessa área voltados tanto para compromissos robustos quanto para cooperação, troca de informações e transparência podem reduzir obstáculos ao comércio e aos investimentos bilaterais ao garantir um marco normativo transparente, previsível e estável, gerando confiança às empresas e investidores brasileiros e vietnamitas e, consequentemente, melhorando os fluxos comerciais e de investimentos. No que se refere a promoção do desenvolvimento sustentável, o acordo traz a possibilidade de compromissos ou cooperação e diálogo entre os governos nas áreas de meio-ambiente e trabalho, de maneira a garantir condições isonômicas de concorrência e incorporar a dimensão do comércio sustentável na relação comercial entre os países.

Acordos comerciais costumam, ainda, prever a criação de um mecanismo de solução de controvérsias entre as partes. Mecanismos eficazes de solução de controvérsias dão aos governos e ao setor privado de ambas partes confiança de que os compromissos assumidos no acordo podem ser mantidos e de que quaisquer controvérsias serão tratadas de maneira justa e consistente. A importância de acordos de livre comércio que prevejam mecanismos vinculantes de solução de controvérsias é

ainda mais acentuada na atual conjuntura da OMC, em que há incertezas quanto ao futuro do mecanismo de solução de controvérsias da Organização.

Os resultados das simulações do estudo de impacto indicaram um potencial positivo para a economia brasileira em celebrar um acordo de livre comércio com Vietnã. Todas as variáveis macroeconômicas apresentam resultados positivos – PIB, investimentos, exportações totais e importações totais e salário real – com exceção de preços ao consumidor, que apresenta estimativa de queda.

Com relação às atividades econômicas agregadas do Brasil, todas as atividades apresentam expectativa de crescimento a nível de produto – agricultura, indústria extractiva e serviços – com exceção da indústria de transformação. O estudo também permitiu identificar efeitos setoriais decorrentes do acordo. Na grande maioria dos casos, os setores seguiram a tendência da economia brasileira e apresentaram resultados positivos para nível de produto e exportações: 50 dos 65 setores apresentaram crescimento do produto setorial. É digno de nota que, dos 27 setores da indústria de transformação, apenas seis apresentam resultado negativo a nível de produto, o que sugere que o resultado da atividade econômica agregada foi influenciado por resultados negativos de setores específicos, que contam com alto nível de proteção tarifária no Brasil⁷¹. As simulações indicaram também um aumento das exportações do Brasil para o Vietnã na maioria absoluta dos setores, com apenas um setor não apresentando resultado positivo. Com relação às exportações do Vietnã para o Brasil, os resultados indicam aumento em 43 dos 65 setores.

Considerando as limitações inerentes a qualquer modelo, ressalta-se que os resultados devem ser avaliados dentro de um conjunto mais amplo de informações e que se considerem também outros aspectos relevantes para a tomada de decisão. É possível observar, por exemplo, que nos últimos anos, a composição da pauta exportadora do Vietnã mudou significativamente. Em 2014, a participação dos setores de Produtos de Couro e Calçados, Vestuários e Têxteis respondiam por 25,9% das exportações totais vietnamitas e 33,5% das importações brasileiras originadas do Vietnã. Em 2019, esses valores se reduziram para 23,8% e 16,1%, respectivamente, para exportações vietnamitas totais e importações brasileiras do Vietnã. Nesse mesmo período, as participações dos setores de Equipamentos Eletrônicos, Equipamentos Elétricos e Máquinas e Equipamentos passaram de 31,9% para 43,4% nas exportações totais do país e de 45,3% para 71,7% nas importações brasileiras do Vietnã. Ressalta-se, porém, que como o modelo utilizado tomou como base os dados de comércio de 2014, é possível que as simulações não tenham levado em consideração essa mudança na pauta exportadora vietnamita ocorrida nos últimos anos.

⁷¹ Ver nota de rodapé 70.



Publicações
SECEX

SECRETARIA DE
COMÉRCIO EXTERIOR

SECRETARIA ESPECIAL DE
COMÉRCIO EXTERIOR E
ASSUNTOS INTERNACIONAIS

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

